

## ESPECIAL

Licenciamento de marcas  
estimula negativamente  
consumo de produtos para crianças

## IDEIAS

O *Capital do Século XXI*,  
de Thomas Piketty, comentado  
por sua tradutora Monica De Bolle

# EXTRA

ANO 19, NÚMERO 190, DEZEMBRO DE 2014

## CLASSE

Verissimo – Weissheimer – Fraga – Marcos Rolim – Santiago – Edgar Vasques – Canini



# Velhice desrespeitada

O Estatuto do Idoso, além de um ilustre desconhecido, é muito pouco praticado. A nação brasileira, além de estar despreparada para a velhice, ignora muitos dos direitos da terceira idade

## ENTREVISTA

**“O Estado é loteado entre os partidos, sob interesses políticos e não os da população”**

Para Claudio Weber Abramo, a corrupção no país tem origem nas leis e também no gerenciamento de todos os setores da vida pública, em todos os poderes, ao longo da história



Foto: Divulgação Transparencia Brasil



## Editorial

### Uma sociedade despreparada para os idosos

Os idosos representam atualmente 13% da população brasileira, com 26,3 milhões de pessoas com mais de 60 anos. Em 2050, de acordo com o Fundo de Populações das Nações Unidas, pela primeira vez haverá mais idosos que crianças menores de 15 anos no mundo. A previsão do IBGE é que esse percentual chegue a 34%. A expectativa de vida aumentou no país, e o aumento do poder aquisitivo, com acesso ao consumo e aos serviços, beneficia também a terceira idade. O dia a dia dos velhos nas grandes cidades, no entanto, demonstra que, a despeito de todos os avanços, é marcado pelo descaso, pelo preconceito, pela exclusão e a falta de acessibilidade. Esse é o tema da reportagem de capa desta edição, que busca respostas para os exemplos cotidianos de desrespeito aos idosos e a mobilização pelo cumprimento do Estatuto do Idoso e demais políticas da terceira idade.

**ECONOMIA** – O professor da Escola de Economia de Paris, Thomas Piketty, é reconhecido pelo *Prêmio Nobel* de Economia Paul Krugman como o autor do livro mais importante desde *O Capital*, de Karl Marx. Isso porque Piketty demonstra que, desde o surgimento do capitalismo, 99% das pessoas trabalham para manter o crescimento progressivo da riqueza do 1% restante da população mundial. Entre suas ideias está a criação de uma tributação progressiva sobre as grandes fortunas, objeto de controvérsias. O *Extra Classe* entrevistou Monica Baumgarten de Bolle, economista brasileira, especialista na obra de Piketty e tradutora do livro para o Brasil, do original, ou seja, uma edição menos compacta que a versão que saiu nos Estados Unidos.

**CORRUPÇÃO** – Na entrevista do mês, um bate-papo com o matemático Claudio Weber Abramo, diretor da ONG Transparência Brasil, referência na militância por transparência do Estado e na luta contra a corrupção.

## SANTIAGO



**INFÂNCIA** – Resultado de uma grande estratégia de marketing da indústria do entretenimento, a compulsão das crianças pelo consumo está abreviando a infância, porque substitui o ato de brincar pela mera imitação das falas e reprodução do universo dos personagens, afirmam especialistas. A exposição cada vez mais precoce da infância à cultura do consumo tem nos produtos licenciados um aliado poderoso, em um mercado que movimenta R\$ 13 bilhões por ano em vendas.

**EXTRA  
CLASSE**

*Extra Classe* é uma publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee

Av. João Pessoa, 919 – CEP 90.040-000 – Bairro Farroupilha – Porto Alegre – RS – Brasil – Fone 51. 4009.2900 – Fax 51. 4009.2917 | [www.sinprors.org.br](http://www.sinprors.org.br)

[www.extraclasse.org.br](http://www.extraclasse.org.br)

**REDAÇÃO** – [extraclasse@sinprors.org.br](mailto:extraclasse@sinprors.org.br)

**Editora-chefe:** Valéria Ochôa

**Editores Executivos:** César Fraga e Valéria Ochôa

**Redação:** César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo, Grazieli Gotardo e Valéria Ochôa

**Colaboradores:** Clarinha Glock e José Carlos Sturza de Moraes

**Colunistas:** Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio Weissheimer e Marcos Rolim

**Diagramação e Arte:** Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

**Projeto Gráfico:** D3 Comunicação

**Fotos Colunistas:** René Cabrales (arquivo EC)

**Fotografia:** Igor Sperotto

**Ilustração:** Rafael Sica, Ricardo Machado e Pedro Alice

**Charge/Cartum:** Canini, Edgar Vasques e Santiago

**Revisão:** Lígia Halmenschlager

**Comercialização:** Rosane Costa  
51. 4009.2962 / 9998.3598

**Impressão:** Zero Hora

**Tiragem desta edição:**

22 mil exemplares

**Telefones da Redação:**

51. 4009.2980/2982/2983/2985

\* O conteúdo dos artigos de opinião e matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

## Quando o professor vem a Porto Alegre decide o que fazer, mas onde ficar já está certo.



A Casa do Professor é a referência de conforto para os associados do Sinpro/RS na capital. Nossos apartamentos são equipados com TV, micro-ondas, geladeira, ar-condicionado, sala de internet com wireless e todas as atrações que Porto Alegre oferece.

Reservas pelo telefone: (51) 4009-2988 ou pelo [casadoprofessor@sinprors.org.br](mailto:casadoprofessor@sinprors.org.br)

**SINPRO/RS**  
Sindicato Estadual





## PALAVRA DE PROFESSOR

## Indisciplina e limites

José Carlos Sturza de Moraes\*

**E**nquanto pais e mães, temos que ensinar nossas crianças a lidar com a frustração. Na escola, desde a educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental, isso é muito claro. Inclusive porque ensinamos valores da vida em sociedade, noções de bem comum e respeito ao outro. Lidar com a frustração, com o não atendimento imediato de um desejo, com o adiamento de um momento prazeroso, é lidar com limites (físicos, psíquicos, etários, éticos e morais).

A indisciplina escolar, algumas vezes, tem a ver com a dificuldade de estudantes em lidarem com limites. Não tem origem apenas na falta de boa educação familiar. Diz respeito a contextos familiares, produções midiáticas, exaltação de valores sociais nem tão promotores de ética e respeito, como discriminações variadas. Tem origem na falência da palavra, do diálogo, dentro de casa, dentro de escolas e em outros espaços.

A escola não pode ser responsável sozinha pela tarefa de educar, estabelecer limites e sanções. Existem outros serviços e profissionais que precisam ser acionados e ser parceiros da tarefa educativa. Até porque, muitas vezes, a má conduta na escola é sintoma de violências sofridas por estudantes em casa, e dentro da própria escola, como *bullying*, homofobia, discriminação racial ou religiosa. Especialmente, Assistência Social, Saúde e Conselhos Tutelares precisam ser parceiros da escola para tratar dessas questões quando extrapolam o âmbito pedagógico. Em situações mais graves, Ministério Público e Poder Judiciário também precisam fazer sua parte.

Além disso, na construção de regras escolares é importante lembrar que escola é sinônimo de comunidade escolar. Não só nós, professores, as devemos construir e atualizar. A indisciplina escolar pode ser trabalhada e canalizada para processos positivos de participação. Em Lajeado, por exemplo, há um projeto de lideranças muito interessante.

Precisamos pensar em como realizar a escolha de representantes de turmas, no estímulo à existência de grêmios e outros espaços de livre expressão de estudantes. Refletir no quanto estamos abertos a questionamentos sobre nossos critérios de avaliação e nossas formas de resolução de conflitos.

*\* Cientista Social – especialista em Ética e Educação em Direitos Humanos, coordenador do Projeto Protagonismo de Crianças e Adolescentes (Amencar) e conselheiro do Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente (Cedica)*



## VERISSIMO

## Céus!

Essa lambança da Petrobras com as empreiteiras e suas possíveis últimas consequências na economia e na própria história do país me lembrou o caso do amante no armário.

Pois diz que a mulher estava na cama com o amante quando ouviu o ruído do marido que chegava de São Paulo. Ele tinha tomado um voo mais cedo da ponte aérea e, como se sabe, voos adiantados da ponte aérea são as principais causas de flagrantes de adultério no Rio.

– Céus, meu marido! – disse a mulher.

– O quê?!

– O armário, rápido!

– Mas...

– Entre no armário! Entre no armário!

O amante entrou no armário segundos antes de o marido entrar no quarto. E perguntar:

– Com quem você estava falando?

– Por que você chegou mais cedo?

– Eu ouvi vozes aqui dentro.

– Era a televisão.

– Nós não temos televisão no quarto.

– Não mude de assunto. Por que você chegou tão cedo?

Mas o marido já se dirigia para o armário, que tremia. Abriu a porta do armário e deu de cara com o amante. Durante quase um minuto, nenhum dos dois falou. Ficaram se encarando em silêncio até que o marido disse:

– Vou ter que bater em você.

– Eu entendo, mas pense bem no que vai fazer – disse o amante.

– Você pode machucar suas mãos. Ou eu posso reagir e bater em você também. Aí, seria uma briga feia e nós dois nos machucaríamos. Acabaríamos num hospital. E pior seria o ridículo. Amante dentro do armário. Marido descobre. Mulher grita “céus!”. Uma cena de comédia pastelão de péssimo gosto. De quinta categoria. O que você me diz?

– É... disse o marido, indeciso.

– Nós queremos isso? Não queremos. Outra coisa: você vai ter que pedir divórcio. Pense na incomodação. Nos custos. Advogados etc. E na repercussão. Vão acabar descobrindo que a separação se deu porque você foi corneado. Isso sem falar nos traumas para as duas famílias, a sua e a dela. E, pensando bem, você é o culpado por esta situação. Tinha que voltar de São Paulo mais cedo?

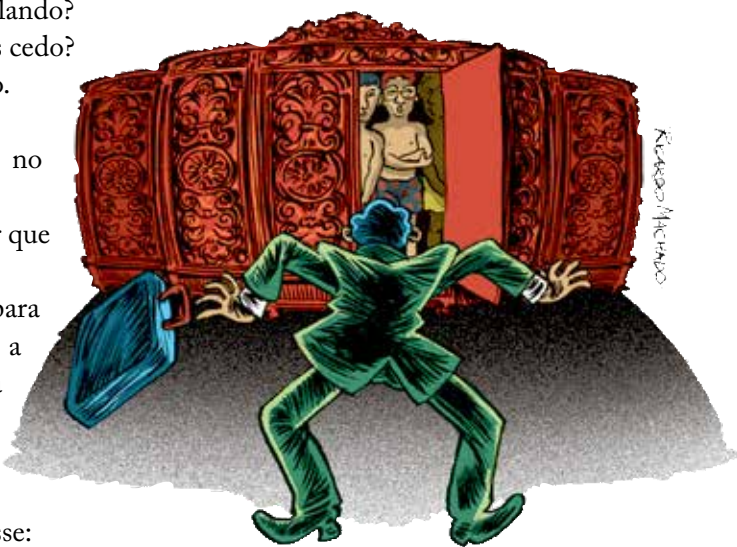
– O que você sugere que se faça?

– Faz de conta que isto nunca aconteceu. Eu não estou aqui. Você chegou de São Paulo mais cedo e sua mulherzinha o esperava na cama. Tudo em paz. Tudo normal. Estaremos evitando o ridículo e salvando um casamento. E ninguém vai ficar sabendo!

Combinaram que o amante recolheria sua roupa, seus sapatos e iria embora.

Antes de sair do quarto, o amante ainda ouviu o marido dizer:

– Brigadão, hein?



Os artigos para a seção Palavra de Professor devem ser enviados até o dia 15 de cada mês com no máximo 1.800 caracteres para o e-mail [palavradeprofessor@sinpro.rs.org.br](mailto:palavradeprofessor@sinpro.rs.org.br).

## Escritório de Advocacia

Antônio Vicente Martins Advogados Associados

Avenida Borges de Medeiros, 2105 sala 910 | Praia de Belas | Porto Alegre | RS | Telefone 51 3061.4880  
\* conveniado Sinpro/RS





## ENTREVISTA

## Claudio Weber Abramo



Foto: USP/Divulgação

Claudio Weber Abramo há muito deixou de ser conhecido apenas como filho do famoso jornalista Cláudio Abramo, para ser reconhecido como uma das mais importantes referências no Brasil na militância por transparência do Estado e na luta contra a corrupção. É um matemático que cresceu no meio jornalístico. Sua mãe era a chargista Hilde Weber e seu pai abandonou a militância trotskista para dedicar-se durante décadas ao *Estadão*, onde cravou as bases estilísticas do jornalismo impresso, o mais isento possível e ético, que influenciaria gerações, e que desprezava a opinião, bem diferente do que predomina nos dias de hoje nas redações da grande imprensa. Atualmente, Abramo é diretor-executivo da ONG Transparência Brasil. Bacharel em Matemática (USP) e mestre em Filosofia da Ciência (Unicamp). Antes de juntar-se à Transparência Brasil, sua principal atividade profissional, também dedicou-se ao jornalismo, assim como muitos de seus irmãos. Organizou o livro *A Regra do Jogo*, de seu pai. Colabora frequentemente com a imprensa e é autor de artigos em publicações especializadas a respeito do tema da corrupção e seu combate.

► Por César Fraga

[cesar.fraga@sinprors.org.br](mailto:cesar.fraga@sinprors.org.br)

# A corrupção também tem causa nas leis



**Extra Classe – Sobre a questão da Petrobras e a operação Lava-Jato, que ganhou o apelido de “Petrolão”, o problema começa com o PT, nos governos anteriores, já era pré-existente, como isso se deu?**

**Cláudio Weber Abramo** – Olha, as condições para divisão de obras, direcionamentos de contratos na Petrobras existem há muito tempo, não se pode imaginar que esse tipo de coisa, para pagamento de propina, foi criado agora. Essa situação foi certamente potencializada nos últimos anos pelo fato de que houve um claro loteamento da empresa entre os partidos políticos PP, PT, PMDB. A empresa deixa de ser dirigida profissionalmente para o ser de acordo com interesses partidários. Isso é um agravante. Adicione-se a isso a inércia do seu Conselho de Administração, que não presta atenção nessas coisas. E mesmo sendo uma diretoria comprometida politicamente, as raízes do problema, porém, são anteriores.

**EC – Esse início ocorre quando flexibiliza a contratação de fornecedores em 1997, ainda no governo FHC?**

**Abramo** – A Petrobras é a única empresa pública brasileira que tem uma regulamentação própria, que data justamente de 1997, no governo FHC. Quando isso aconteceu se criou um conjunto de regras muito, muito frouxo, que favorece o direcionamento das decisões por parte dos administradores. E isso foi denunciado desde sempre. Se alia o loteamento à garantia de que partidos políticos vão ter terreno livre para fazer o que quiserem dentro da empresa. E não é só na Petrobras não, é em todo o Estado brasileiro e não apenas no governo federal, mas também nos estados e municípios e sob a tutela de todos os partidos. Todos funcionam do mesmo jeito.

**EC – E como funciona?**

**Abramo** – Se faz um loteamento da administração. Diz pro partido aliado em troca de apoio: “faz aí o que você quiser”. Essa é a jogada. Então, você alia o caso da Petrobras neste tipo de coisa com um mecanismo de fazer compras que é muito vulnerável e aí dá nisso: uma ladroagem aí, nadando de braçadas.

**EC – O senhor quer dizer então que o sistema licitatório convencional já tem suas vulnerabilidades e que o sistema de contratos da Petrobras é ainda bem mais permissivo?**

**Abramo** – A Lei de Licitações brasileira não

é permissiva, pelo contrário. Ela é bem mais rigorosa do que na maior parte dos países. O sistema de contratação da Petrobras, que está fora da lei de licitações, é que é propício a fraudes muito por conta disso.

Então o que é que faz o sujeito eleito: presidente, governador, prefeito: assim que é eleito o cara chama os partidos que compõem sua base e diz "você votem comigo, não me fiscalizem e em troca eu lhes dou tais e tais cargos, empresa pública, autarquia, ministério, secretaria, subprefeitura etc.". Partilha entre os partidos

**EC – Saindo um pouco da esfera federal, como funciona esse mecanismo de corrupção, no que se refere à distribuição política nos governos em todos os níveis (federal, estadual e municipal)? Como funciona este loteamento que o senhor mencionou?**

**Abramo** – Se dá da seguinte maneira, existe uma garantia constitucional, está no artigo 37 inciso quinto, que dá uma garantia de que os indivíduos que ocupam funções de alta responsabilidade nos três poderes, não só no Executivo, podem nomear uma quantidade que é basicamente ilimitada de pessoas para ocupar cargos de provimento em comissão (sem concurso público), os famosos CCs. E é o Executivo quem pega mais pesado, porque é ele quem tem dinheiro para gastar. Então o que é que faz o sujeito eleito: presidente, governador, prefeito: assim que é eleito o cara chama os partidos que compõem sua base e diz “você votem comigo, não me fiscalizem e em troca eu lhes dou tais e tais cargos, empresa pública, autarquia, ministério, secretaria, subprefeitura etc. Partilha entre

os partidos. Ou seja, o Executivo compra o apoio do partido político. Todos fazem isso. Mas o que o partido político quer com aquilo? Por que razão um partido político quer controlar, sei lá eu, a Diretoria Regional do INSS em algum lugar, por exemplo? Um, para empregar a *cupinchada*, e dois, para fazer negócios. Então, se tem uma situação em que o poder administrativo é distribuído não de acordo com as competências que precisam ser instaladas no poder público, mas de acordo com conveniências partidárias. Com isso, vem a garantia implícita de que não haverá fiscalização e de que se pode fazer o que quiser. Claro que isso não pode dar certo, mas é assim que funciona. Se loteia o Estado entre os partidos e esse mesmo Estado passa a funcionar a partir dos interesses dos partidos e não dos nossos interesses.

**EC – E como isso se dá nas instituições públicas fora do Executivo: Judiciário, Legislativo etc.?**

**Abramo** – É tudo a mesma coisa. O desembargador nomeia um monte de gente. Nos legislativos se reflete na quantidade enorme de assessores. A Câmara Municipal de São Paulo, por exemplo, que tenho números, possui mais funcionários nomeados pelos vereadores do que concursados de carreira. Há uns poucos anos, o presidente da Assembleia Legislativa de Alagoas chamou todos os funcionários da casa e se deu conta que tinham mais funcionários do que espaço físico para trabalhar, de tantos CCs, que na verdade prestavam serviços apenas para seus deputados, que são seus donos fora dali e recebendo. É uma situação de altíssima ineficiência.

**EC – E a reforma política, da forma como está sendo discutida no Congresso, ela oferece alguma solução para esses problemas?**

**Abramo** – É óbvio que não, né? E reforma política é uma coisa que depende muito de quem diz e do que quer dizer exatamente com isso, pois o tema é amplo e vago. Então quando se fala em reforma política no Brasil, o sujeito tem de tomar cuidado para ver quem está falando e o quê. Sei pelo menos de umas três propostas distintas. Aquilo que se tem apresentado como reforma política, não apenas pelo seu texto, mas porque muita gente que vai nessa onda não compreende essa questão que eu mencionei, por exemplo. A raiz fundamental não é abordada. Foca-se o debate no financiamento eleitoral e apenas nisso como se fosse a raiz de todos os problemas. E não é verdade.

EC ▶

**Sinta-se linda. Sinta-se sempre na moda.**

Perucas e apliques de diversas cores e tamanhos, além de acessórios para qualquer ocasião. Venha nos visitar e confira as últimas novidades e lançamentos.



**HD**  
PERUCAS & APLIQUES

Porto Alegre Rua Padre Chagas, 327 | Galeria Victoria Plaza | 51.3338.1480 - Av. Nilo Peçanha 730, esq. Av. Carlos Gomes | 51.3084.1126 | [www.hdperucas.com.br](http://www.hdperucas.com.br)

## ENTREVISTA

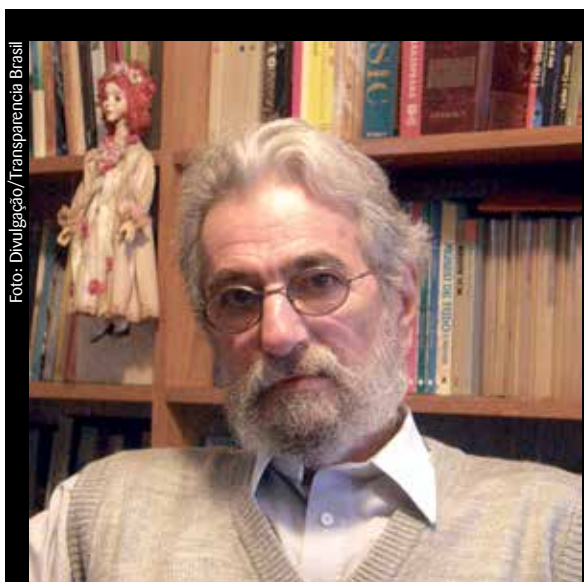


Foto: Divulgação/Transparência Brasil

"Claro que isso não pode dar certo, mas é assim que funciona. Se loteia o Estado entre os partidos e esse mesmo Estado passa a funcionar a partir dos interesses dos partidos e não dos nossos interesses"

**EC – O que representa no universo de corrupção o problema do financiamento de campanha?**

**Abramo** – O que a gente tem de acreditar muito é que se quem se locupletou diante de uma organização criminosa e roubou dinheiro, sob o argumento de que era para a eleição, cometeu um crime igual. Não se pode tomar como verdadeiro um argumento de ocasião para tentar retirar um pouco da gravidade do problema. Não quer dizer que as empresas não utilizem o financiamento eleitoral e não façam isso para influenciar a política, porque elas fazem isso. O que acontece com a proposição de proibir o financiamento privado no Brasil é que isso não funciona, é contraproducente, porque vai transformar o que é caixa 1 hoje em

caixa 2. Se proibir, pode ter certeza que no futuro isso vai ocorrer; e além do mais, o financiamento privado vai continuar existindo de forma velada, como já ocorre para além dos limites permitidos. É mentiroso e de má-fé o argumento de que toda a corrupção tem origem no sistema de financiamento eleitoral. Essa discussão sobre o financiamento eleitoral nunca apresenta uma solução eficaz, que é, por exemplo, você estabelecer limites absolutos para criação de grupos econômicos. Porque a inexistência desses limites é que permite que esses grandes grupos existentes no Brasil hoje tenham um poder de fogo e de pressão política difícil de ser combatido e controlado. Isso cria uma ordem preferencial de atendimento. Se um governador ganhou 2 milhões de reais para a sua campanha e outro de 500 reais, quem ele vai ouvir mais, o dos 2 milhões ou o dos 500 reais? Com limites, esse poder seria melhor distribuído entre muito mais empresas.

**EC – Se tem alguma ideia hoje do quanto a corrupção custa ao país?**

**Abramo** – Não existe como se fazer essa conta, porque muito do que ocorre está escondido.

**EC – Quais seriam os mecanismos para reduzir a corrupção produzida por quem tem poder ou acesso à máquina pública?**

**Abramo** – Uma primeira medida seria não prestar atenção em quem fala em cultura da corrupção. A gente ouve isso o tempo todo. "Ah, porque tem essa cultura da corrupção". E que se tem de combater a cultura da corrupção... Papo furado. Eu acredito que isso vem de gente que não tem o que dizer e é contraproducente, porque dá argumento para esses advogados que andam por aí. Algo do tipo, se o Brasil tem cultura da corrupção então tudo bem, é cultural. A corrupção tem causas objetivas e tem de ser tratada de forma objetiva e pontual; é muitas vezes favorecida nas leis existentes, que deixam brechas às práticas ou às favorecem. Reformas legais são necessárias e algumas já feitas até tiveram consequências. Agora, tem uma área que se presta muito pouca atenção no Brasil que é o gerenciamento da máquina pública em todos os poderes e que nada tem a ver com lei, que precisa

de mecanismos de controle e de fornecimento de informações que deem mais transparência aos processos. São coisas chatas, mas que são necessárias e que nada tem a ver com legislação; e que se não há esses mecanismos de controle favorece e gera corrupção. E o combate a esse tipo de corrupção se faz trabalhando. Não se pode dar crédito a esses discursos do tipo: "eu vou acabar com a corrupção".

**EC – Nesse caso específico da Petrobras, que mecanismos não funcionaram e permitiram que esses cargos diretivos e de gerenciamento tenham praticado ou sigam praticando isso que estamos vendo?**

**Abramo** – A causa principal é o gerenciamento. Porque quem ganhou uma diretoria na Petrobras recebeu esse cargo com a garantia de que não seria fiscalizado. O que esse caso da Lava-Jato poderia trazer de consequências construtivas? O pior é que não se está encarando esse caso de forma construtiva. Existe uma maneira reativa tanto de parte da imprensa, como da classe política e da sociedade em geral, que deixa passar essa oportunidade. Primeiro, é que o foco é apenas na Petrobras, quando na verdade isso ocorre por conta daquele loteamento político que disse antes e não se restringe à Petrobras. Assim como o problema não se restringe somente ao financiamento de campanha.



Foto: Agência Brasil

Agentes da Polícia Federal durante ação da operação Lava-Jato

**Sinpro/RS Publicações**  
mais fácil de comprar e disponível para todo o país.



**SAPERE AUDE!**  
LIVROS

\* A Sapere Aude! Livros firmou uma parceria para venda exclusiva dos livros do Sinpro/RS Publicações em todo o território nacional. É só entrar em contato e adquirir o seu.

www.sapereaudelivros.com.br - Rua Lopo Gonçalves, 33, lojas 1 e 2 | Porto Alegre | RS | 51 3221-0203 | info@sapereaudelivros.com.br



## Sorrisos valem a pena.

Por si só, o sorriso de uma criança é recompensador. Mas, a nossa empresa busca ir mais além. Brincar é essencial para as crianças, pois desenvolve a imaginação e amplia os sentidos. É com essa visão que criamos produtos que proporcionam diversão e auxiliam no desenvolvimento intelectual dos pequenos.

**Um sorriso é muito bom. Mas, um sorriso que gerou aprendizado é melhor ainda.**



[www.xalingo.com.br](http://www.xalingo.com.br)  
[facebook.com/xalingo](https://facebook.com/xalingo)







# Uma nação despreparada para a

# velhice

A sociedade brasileira não pensa o envelhecimento e também despreza os idosos por incompreensão das necessidades mais básicas dessa crescente população no país

► Por Clarinha Glock

[extraclasse@sinprors.org.br](mailto:extraclasse@sinprors.org.br)

O Fundo de Populações das Nações Unidas prevê que, em 2050, pela primeira vez haverá mais idosos que crianças menores de 15 anos no mundo. No Brasil, as pessoas idosas somam hoje 26,3 milhões, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o equivalente a 13% da população. A previsão do IBGE é que esse percentual chegue a 34% em 2060. Quem envelhece em Porto Alegre, entretanto, mal conhece o Estatuto do Idoso e sofre pela falta de preparo das cidades e instituições para atender suas demandas. Os Conselhos de Idosos, criados para representá-



-las na luta por políticas públicas, disputam atenção e recursos dos governos, e enfrentam obstáculos.

Era dia de jogo de *Copa do Mundo* em Porto Alegre, em junho deste ano, e a população em peso queria mais era ir para a frente de uma televisão assistir a partida de futebol. Natália Helen Ruas, de 22 anos, aguardava a carona de carro do marido que iria pegá-la em uma parada de ônibus na zona Norte quando percebeu uma senhora que parecia perdida. “Devia ter entre 60 e 70 anos de idade”, conta. A mulher se aproximou de mansinho, e Natália perguntou se estava esperando alguém. “A sobrinha”, respondeu ela, “mas não sabia onde morava, nem seu próprio nome”, condeou-se Natália.

Acostumada a lidar com os moradores de um lar de velhos onde trabalha como auxiliar de copa e cozinha, a jovem encaminhou a senhora para um segurança que estava no local e, por telefone, chamaram a Brigada Militar. Os policiais disseram que se estivesse machucada, levariam para o Hospital Cristo Redentor, mas como não era o caso, não teriam para onde levá-la. Com o marido inquieto, à sua espera, e sem saber a quem recorrer, Natália deixou a senhora com o segurança na parada, e voltou para a casa, revoltada e preocupada.

Dionízio Kuchinski, coordenador estadual da Política do Idoso do Rio Grande do Sul ligado à Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, estranha a dificuldade enfrentada por Natália. “Há duas delegacias do idoso no estado, uma em Santa Maria e a outra em Porto Alegre”, informa. Se a pessoa tiver um lapso de memória, a polícia tem como encaminhá-la e a Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc) pode ajudar na busca dos parentes. O fato é que, quando Natália precisou desse apoio, não obteve uma resposta imediata e efetiva.

“A Fasc tem dificuldades em conseguir instituições de longa permanência para pessoas idosas em



As cidades oferecem muitos perigos aos idosos

Porto Alegre, e tem pago para levá-las para cidades, como Viamão e Alegrete”, observa o médico geriatra Ângelo José Gonçalves Bós, vice-presidente do Conselho Municipal do Idoso de Porto Alegre. O médico salienta que a verba federal destinada à Fasc para a manutenção dos idosos foi herdada da Lei Brasileira de Assistência, da década de 1980, com valor extremamente baixo. “Para o atendimento a crianças abandonadas em lares e abrigos, o valor mensal é de R\$ 1,6 mil, enquanto que para os idosos, por leito, é de apenas R\$ 70”, alerta. “Queremos melhorar este valor”, diz Bós. As mais de 20 entidades cadastradas no Conselho Municipal, incluindo

o Instituto de Geriatria e Gerontologia da PUCRS, no qual ele atua como professor-adjunto, também trabalham para incrementar o Fundo Municipal do Idoso, criado em 2012 e que atua captando e repassando recursos para instituições de longa permanência cadastradas.

“A PUCRS vai encaminhar ao Fundo um projeto de Avaliação e Acompanhamento Domiciliar Gratuito para pessoas acima de 90 anos, considerando que entre 2000 e 2010 houve um aumento de 82% de homens e mulheres com idades entre 90 e 99 anos em Porto Alegre, segundo o Censo do IBGE”, informa o vice-presidente. Segundo ele, o Conselho Municipal do Idoso pretende ainda iniciar em 2016 uma pesquisa para saber quem são estas pessoas.

**DIRETRIZES** – Os Conselhos Municipal e Estadual de Idosos têm o objetivo de promover estudos, pesquisas, seminários; expedir diretrizes de orientação e colaborar com os governos na formulação e promoção de políticas públicas destinadas a garantir os direitos das pessoas idosas. O Conselho Estadual do Rio Grande do Sul foi criado em 1988 por decreto, e só em 2013 virou lei. Está em fase de reestruturação. Vem trabalhando também para implementar seu Fundo Estadual criado em julho de 2013. A assistente social Jussara Rauth, vice-presidente do Conselho Estadual, acusa o governo de morosidade, e diz que necessita apenas uma conta bancária e um CNPJ. Kuchinski, da Coordenadoria, retruca que falta um parecer do Conselho Estadual e que não há reunião há cinco meses.

Há divergências sobre a forma de atuação dos dois Conselhos. Bós acredita que falta organização ao Conselho Estadual. Jussara critica o Conselho Municipal por não obedecer a paridade pessoas/instituições e por concentrar recursos para poucas entidades. No meio deles, está a pessoa idosa.



Acidentes: segundo a EPTC, de janeiro até o final de setembro de 2014, das 43 vítimas fatais por atropelamentos na capital, 19 tinham acima de 60 anos



## Estatuto do Idoso é um avanço, porém desconhecido



Foto: Igor Sperotto

Ary Rodrigues Macedo, 82 anos, reivindica respeito

O Estatuto do Idoso, instituído pela Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003, visa “regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos. Dispõe sobre papel da família, da comunidade, da sociedade e do poder público de assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária”. A íntegra está disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/110.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.741.htm).

Antes dele, sobre direitos e envelhecimento, havia a Constituição de 1988 e a Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842 de 1994). “O Estatuto do Idoso avançou ao prever sanções e punições para quem viola os direitos, responsabilizando tanto a família quanto as instituições e o próprio governo”, observa Jussara Rauth, do Conselho Estadual do Idoso. “Se hoje eles têm acesso a medicamentos para doenças crônicas-degenerativas, se o portador de Alzheimer consegue alimentação, é graças ao Estatuto, que diz que o governo tem que conceder, e, se não conceder, o idoso pode buscar esse direito com o Ministério Público”, explica.

Outro avanço importante foi regular as instituições de longa permanência. Em novembro, o coordenador estadual do Idoso, Dionízio Kuchinski, participou, com o Ministério Público de Cachoeira do Sul, Secretaria Nacional de Direitos Humanos e outras entidades do estado e daquele município, de uma ação para fiscalizar instituições de abrigo para pessoas idosas em que se misturavam jovens com problemas mentais. Será feito um censo terapêutico para reorga-

nizar e adequar o atendimento nessas instituições.

Para muitas pessoas idosas, o Estatuto é um senhor desconhecido. “Vejo falar do Estatuto do Idoso, mas não precisava existir, só por ser idoso já deviam respeitar, e tem certos lugares que nem a fila do idoso respeitam”, comentou o aposentado Ary Rodrigues Macedo, 82 anos, apoiado na parede, com a bengala ao lado, numa parada para descansar antes de seguir a caminhada. Poucos minutos antes, a professora aposentada Izoldi Hammarstron Zardin, 54 anos, e sua tia Emma Eberle Elsner, de 86 anos, sofreram para descer de um ônibus na Praça Dom Feliciano, centro de Porto Alegre. Vieram de Ijuí fazer os óculos novos de Emma. A própria Izoldi tem artrose e acha difícil subir e descer os degraus dos ônibus. “Em Ijuí, quem tem mais de 80 anos tem prioridade. Aqui, para marcar uma consulta pelo SUS leva três a quatro meses”, desabafa. Izoldi é acompanhante da tia, e diz que conhece “alguma coisa” do Estatuto do Idoso. “O Estatuto protege o idoso de más ações”, acredita.

Jussara Rauth considera que o Estatuto já precisa ser revisto em função da mudança da expectativa de vida, porque quem chega aos 80 anos requer um tipo de atendimento mais complexo. “Todos nós, cidadãos, agentes públicos, gestores devemos estar capacitados para um novo jeito de fazer política pública”, diz. Lembra que poucas universidades oferecem disciplina de Geriatria e Gerontologia. “E se não trabalharmos com crianças e jovens contendo sobre o que é envelhecer, as mudanças que acarreta, os cuidados, vamos continuar reproduzindo condições precárias de envelhecimento”, alerta.

## Do trânsito à cultura, o ritmo é outro, e é preciso adaptar

Aos 88 anos, Ruth Mesquita olha para os dois lados e cruza a faixa de segurança da avenida. Graças à ajuda dos exercícios de Pilates e da fisioterapia, Ruth se mantém ativa. Tem motivos para ficar alerta ao cruzar as ruas. Segundo a Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), de janeiro até o final de setembro de 2014, das 43 vítimas fatais por atropelamentos na capital, 19 tinham acima de 60 anos.

Ruth é prevenida. Anda com a alça da bolsa atravessada no corpo, para evitar assaltos, e fica atenta às calçadas para não tropeçar. É privilegiada. Gosta de ir ao cinema. Uma das salas que frequenta é a do grupo GNC Cinemas, no shopping Moinhos de Vento, zona nobre da cidade. Comemora a chegada do corrimão para chegar às poltronas, mas reclama que as salas podiam ficar mais claras antes de iniciar e depois de acabar o filme: “Na meia luz é muito escuro”.

Ruth prova que o crescimento da população idosa se dá em todas as áreas, inclusive na cultura. O diretor de Operações do grupo GNC, Ricardo Difini Leite, reconhece que as salas de cinema no shopping Moinhos de Vento, em Porto Alegre, têm uma das maiores frequências no Brasil de público com 60 anos ou mais. São cerca de 35% do total de expectadores mensal de 20 mil pessoas. “O cres-



Foto: Igor Sperotto

Ruth, 88 anos, usa a alça da bolsa atravessada no corpo, para evitar assaltos, e fica atenta às calçadas para não tropeçar. Segundo Leite, o cinema já foi reformado para atender este público: as luzes ficam ligadas durante os trailers dos filmes, antes de começar as sessões; o espaço entre as poltronas aumentou, e diminuiu a altura dos degraus que levam às poltronas.





APARTE / MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

## Auxílio-moradia para juízes, aposentadoria especial para deputados

Os protestos de junho de 2013, que expressaram uma dura crítica ao sistema político e ao Estado brasileiro de modo geral, deixaram alguns legados paradoxais, entre eles, a eleição de um Congresso Nacional mais conservador que o atual e a continuidade de práticas que estabelecem privilégios para alguns setores do estado. No Rio Grande do Sul, o ano de 2014 chega ao fim com duas polêmicas envolvendo os poderes Judiciário e Legislativo, que são exemplos desses legados paradoxais: o auxílio-moradia para juízes e a aposentadoria especial para deputados estaduais.

Em setembro de 2014, o ministro Luiz Fux, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu autorizar o pagamento de auxílio-moradia para juízes da Justiça Trabalhista, da Justiça Militar e para magistrados de nove estados que ainda não recebiam esse benefício. Fux estendeu a vantagem também para juízes federais. A partir de ações da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) e da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), a decisão beneficiou juízes estaduais do Acre, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Paraíba, Piauí, Rio Grande do Sul e São Paulo.

Ao final de seu mandato, o governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro (PT), decidiu ingres-



No dia 25 de novembro, os deputados do PMDB e todos os demais que votaram a favor, resolveram ficar em silêncio

sar na Justiça contra o pagamento de R\$ 4,3 mil de auxílio-moradia a juízes, promotores, desembargadores e procuradores da Justiça estadual. Por meio da Procuradoria-Geral do Estado (PGE), o governo gaúcho ingressou com duas ações junto ao STF: um agravo regimental e um mandado de segurança contra a decisão de Luiz Fux.

“Eu, por princípio, sou contra qualquer aumento da despesa pública que privilegie, como aposentadorias fora do regime geral, altas aposentadorias ou altos salários. Se alguma distribuição de recursos públicos tem que ser feita, ela tem que ser para baixo, na base, e não no teto”, justificou Tarso.

## Aposentadoria especial para deputados estaduais

A Assembleia Legislativa gaúcha também tomou uma decisão para ampliar os benefícios recebidos por seus parlamentares. No dia 25 de novembro, por 29 votos a 14, os deputados aprovaram o projeto de autoria da mesa diretora da Casa, presidida por Gilmar Sossella (PDT), instituindo aposentadoria especial para os deputados estaduais. Apenas a bancada do PT votou contra, mais os deputados Jorge Pozzobom (PSDB) e Vinicius Ribeiro (PDT). Os deputados do PTB e o deputado Raul Carrion, do PCdoB, que compõem a base do governo Tarso, também votaram a favor do projeto.

Chamou a atenção a votação da bancada do PMDB, pois o futuro governador José Ivo Sartori foi eleito prometendo implementar um novo jeito de governar no estado, baseado, entre outras coi-

sas, no rigor com os gastos públicos e numa relação transparente com a sociedade. Na votação do projeto em plenário, no dia 25 de novembro, os deputados do PMDB e todos os demais que votaram a favor, resolveram silenciar e não debater o mesmo no plenário. A futura primeira dama do estado, Maria Helena Sartori, se somou aos votos de outros 28 parlamentares em favor do projeto da aposentadoria especial.

Apenas o deputado Raul Pont (PT) utilizou a tribuna para debater e criticar o projeto. Pont qualificou o projeto como inoportuno, equivocado e privilegiador de uma parcela pequena, que vai na contramão daquilo que foi votado na reforma da Previdência, nos anos de 1997 e 98, quando se fortaleceu a ideia de um único regime geral de previdência para os servidores públicos.

No dia seguinte à votação, o futuro governador José Ivo Sartori não quis comentar a votação, limitando-se a dizer que não iria interferir na decisão de outros poderes. Mas, como governador, ele terá que fazer isso, uma vez que tem que sancionar ou vetar projetos aprovados pelo Legislativo. A decisão de vetar ou não a aposentadoria especial ainda recai sobre o mandato de Tarso Genro.

O que chama a atenção na decisão de juízes e deputados é a aparente indiferença em relação às reivindicações expressas nas ruas. A autoconcessão de benefícios por juízes, promotores, procuradores e parlamentares só reforça a percepção na sociedade de que há cidadãos de primeira e de segunda classe no país. Isso vindo de quem é responsável pela aprovação e fiscalização das leis é algo que não ajuda em nada a ainda frágil democracia brasileira.

## PUBLIQUE SEU LIVRO

Teses, dissertações, monografias  
Impressão sob demanda  
Simples e fácil

Editora **arm@zém**  
armazemdigital.com.br

## COMPRE AQUI E RECEBA EM SUA CASA

- Plano Geral de Melhoramentos de Porto Alegre: o plano que orientou a modernização da cidade
- Urbanismo e arquitetura na região fronteira do Rio Grande do Sul na primeira metade do século XIX
- Manual para saber por que o Guaíba é um lago - Análise integrada de geologia, geomorfologia, hidrografia, estratigrafia e história da ciência
- DAS LEGALIDADES INJUSTAS ÀS (I)LEGALIDADES JUSTAS: Estudos sobre direitos humanos, sua defesa por assessoria jurídica popular em favor de vítimas do descumprimento da função social da propriedade

Livraria **arm@zém**  
armazemdigital.com.br





# Reforma política precisa de pressão popular

Para o líder do governo na Câmara, o deputado Henrique Fontana, se depender só dos parlamentares não haverá mudança e Ladislau Dowbor critica o novo conservadorismo

► Por César Fraga

cesar.fraga@sinpro.rs.org.br

**E**m evento realizado pelo Sinpro/RS, no dia 14 de novembro, intitulado *Reforma Política: o desafio da democracia*, debateram com o público presente o economista Ladislau Dowbor, professor do Núcleo de Estudos do Futuro da PUC-SP e o deputado federal Henrique Fontana, relator do projeto de lei da Reforma Política no Congresso Nacional e líder do governo na Câmara.

“Não haverá reforma política que nasça sozinha do Congresso”, alertou o parlamentar já em sua primeira fala. Fontana sustenta que o Congresso atual e o que iniciará mandato em 2015 possuem uma visão bastante conservadora sobre o sistema político. E, justamente por isso, resiste muito a mudá-lo. “Dentre outros motivos, o principal e mais óbvio, que salta aos olhos, é o fato de que se o Congresso é eleito dentro dessa regra ele não quer mudá-la, porque se sente mais seguro para conquistar a reeleição mantendo tudo como está”, explica.

Conforme o deputado, a reforma depende principalmente da mobilização da sociedade e não pode mais ser adiada. “É preciso fazer muita pressão, legítima e democrática sobre o Congresso nacional”, defende. Essa pressão pode ser feita de três formas, segundo ele. Uma delas é defender o projeto Eleições Limpas, que tem apoio de mais de cem entidades e é capitaneado pela OAB, CNBB, UNE, CUT e tantos outros movimentos sociais. “Trata-se de um projeto de muita qualidade e que mexe estruturalmente no fundamental do que nós temos de mudar no sistema político brasileiro”. A segunda possibilidade é fazer um plebiscito, que significa consultar a população sobre os principais temas estruturais da reforma e com uma pergunta bem

simples: você é a favor ou contra as empresas financiarem eleições? Com isso, o Congresso terá de votar a lei de acordo com a vontade da maioria da população. Se quiser fazer um referendo, primeiro tem de votar um projeto de lei. “Por isso, prefiro a alternativa do Eleições Limpas, e que depois disso vá a referendo”, declara. Por fim, explica, há também a alternativa de que o Congresso convoque por solicitação e pressão da sociedade uma Constituinte exclusiva para mexer no sistema político. Isso é legal, constitucional e também é viável.

Em sua fala, Dowbor recorda os tempos difíceis do regime militar e estabelece um paralelo com os novos movimentos conservadores com discursos anticorrupção muito parecidos com os que precederam o golpe de 1964. E justifica a urgência de uma reforma política num cenário de crise aparente e lembra que “precisamos fortalecer a democracia brasileira, ainda distante de ser plena”. Para ele, a questão do financiamento de campanha está no centro do problema da corrupção. Se uma empresa que financia um candidato ao custo de 2 milhões de reais, ela terá interesses nisso. Esses interesses se manifestam do lado das políticas que serão aprovadas, por exemplo, contratos de construção de viadutos e de pistas para mais carros, ainda que se saiba que as cidades estão ficando paralisadas. Ou maior facilidade para o desmatamento, como no exemplo anterior. Do lado do candidato, já lhe aparecem a preocupação com a dívida de campanha que ficou pendurada e a necessidade de pensar na reeleição. “Quatro anos passam rápido. Entre representar interesses legítimos do povo – por exemplo, mais

transporte de massa e mais saúde preventiva – e assegurar a próxima eleição, o político fica preso na armadilha. É o próprio processo de decisão sobre o uso dos recursos públicos que é de certa maneira privatizado. Nesse sentido, o resgate da dimensão pública do Estado torna-se essencial”, explica.

O economista destacou também que o Brasil não está sozinho nesse processo de deformação da política. O próprio custo das campanhas, quando estas viram uma indústria de marketing político, é cada vez mais descontrolado. Ele fala do artigo que cita a revista norte-americana *Economist*, que informa que nos EUA os gastos com a eleição de 2004 foram de 2,5 bilhões de dólares, em 2010 foram de 4,5 bilhões, e em 2012 ultrapassaram 5 bilhões. Isso está “baseado na decisão da Corte Suprema em 2010 que permite que empresas e sindicatos gastem somas ilimitadas em marketing eleitoral”. Quanto mais cara a campanha, mais o processo é dominado por grandes contribuintes, e mais a política se vê colonizada. Ele diz que isso resulta em custos altos para toda a sociedade e que são repassados para o público por intermédio dos preços.

**REVISTA** – Durante o evento, foi lançada a 20ª edição da *Revista Textual*, publicada pelo Sinpro/RS e que traz um ensaio de capa de autoria do economista Ladislau Dowbor, da PUC-SP, sobre o tema do debate. O espaço de eventos do Sinpro/RS, na sede do Sindicato, lotou suas dependências e contou com a presença de representantes do Legislativo municipal e estadual, dos movimentos sociais, sindicatos, da CUT, advogados da Advocacia Geral da União (AGU) e um grande número de professores, além de órgãos de imprensa.





FRAGA

## Última palestra

Queriam uma palestra sobre o Esquecimento. Disse que sim, falaria. Sobre o que mesmo? Informaram novamente. Ah, sim, pensei que era sobre amnésia. Não é a mesma coisa. Que coisa! Falei que iria, tanto que perguntei três vezes quando era, falaram que indaguei oito vezes, não lembro. Fui. Errei o dia e o local. Quando acertei o local ainda não era o dia. Vai ver marcaram numa data móvel. Finalmente acertei dia e local, mas era a hora errada. Horas depois comecei a falar sobre o Esquecimento. Vi que a maioria da plateia esquecera a hora, o dia, o local.

Os gatos escaldados tinham se precavido, eu sei, sobravam ali os gatos pingados. Me entusiasmei, quem sabe uma centelha memorável acudisse. Eu havia me preparado, tinha pensado num gancho maravilhoso para abrir a palestra. Levei algum tempo pra me dar conta que não, não tinha a ver com o Capitão Gancho. Muito menos com um gancho de direita de Muhammad Ali. Nem gancho das calças. O Esquecimento vive assim, distribuindo convites para assuntos não convidados.

Discorri um pouco sobre devaneios da cognição, sobre conexões desconexas e da falta de nexos que o Esquecimento provoca em palestrantes. Me foi dito, não tenho certeza se ouvi, que os estalidos do pessoal se mexendo nas cadeiras era um alerta sobre a impaciência como causa de assassinatos. Calculei que havia divagado por uns 30% do tempo da palestra e estava em busca de um plot inspirador para o próximo terço de papo quando me deu um branco. Fui direto, mentalmente, ao catálogo pantone de brancos: sei que tem milha-

res de tons, incontáveis alvuras, certamente alguma compatível com a explosão de magnésio no cérebro que me dominava. Achei e me localizei.

Estava firmemente agarrado ao tema da palestra, o Esquecimento. Petrificado no púlpito, porém ciente da pauta. Da Groenlândia neurológica passei à brancura Rinso, que é quando a memória te socorre oferecendo o mais vago e inútil resquício de ilação.

Sem consultar o relógio, pressenti que 60% do meu tempo se escoara, o que combinava com a evacuação de 90% dos assentos. O Esquecimento me trouxera até ali e o esquecimento não me atrapalharia na monumental tarefa de concluir a palestra. Principei um rol sobre panes mentais, até chegar à degeneração integral da lembrança. Tão fácil a digressão, parecia que eu lia uma tomografia minha!

Me aprontei para encerrar a palestra ao vislumbrar a chave de ouro, aquela piadinha final que liquida com a letargia do público: citei um amigo meu cujo amigo seu agora sofre do Mal de Eisenhower. Ou algo do gênero.

Acho que já me esqueceram.

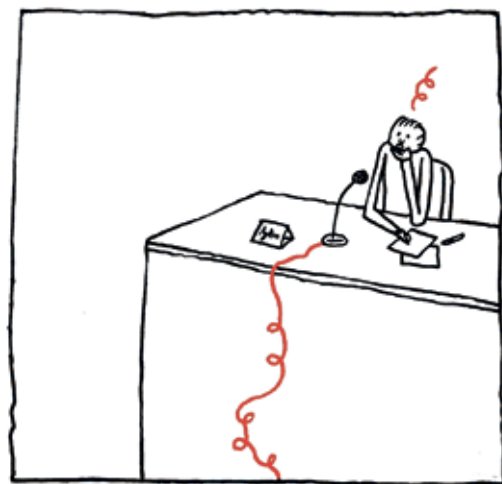


Ilustração: Sica

CENTRO

[f/senacrsocial](#)
[@senacrs](#)
[@senac\\_rs](#)

# QUER CRESCER?

# VEM PRA CÁ.

## Pós-Graduação

# senac

Presencial e a Distância.

Inscrições abertas.

**Faculdade Senac Porto Alegre**

- Computação nas Nuvens NOVO
- Comunicação e Marketing Estratégico
- Gestão de Moda
- Gestão de Negócios NOVO
- Liderança, Coaching e Gestão de Pessoas
- Segurança da Informação

**Faculdade de Tecnologia Senac Pelotas**

- Gerenciamento de Projetos
- Gestão de Negócios
- Liderança, Coaching e Gestão de Pessoas NOVO

**Senac Bagé**

- Gestão de Negócios NOVO

**Senac Camaquã**

- Liderança, Coaching e Gestão de Pessoas NOVO

**Senac Caxias**

- Gestão de Negócios NOVO
- Liderança, Coaching e Gestão de Pessoas NOVO
- Segurança da Informação NOVO

**Senac Erechim**

- Gestão de Negócios NOVO

**Senac Lajeado**

- Liderança, Coaching e Gestão de Pessoas NOVO

**Senac Rio Grande**

- Liderança, Coaching e Gestão de Pessoas NOVO

**Senac Santa Maria**

- Computação nas Nuvens NOVO
- Gestão de Negócios NOVO
- Liderança, Coaching e Gestão de Pessoas NOVO

**Senac Uruguaiana**

- Gestão de Negócios
- Liderança, Coaching e Gestão de Pessoas NOVO

**POSSIBILIDADE DE FINANCIAMENTO DO CURSO EM ATÉ 100%. [SENACRS.COM.BR/POS](http://SENACRS.COM.BR/POS)**

Conheça também as opções de cursos de pós-graduação a distância em: [ead.senac.br/pos-graduacao](http://ead.senac.br/pos-graduacao)

20%

de desconto para comerciantes\*

\*Esta opção não se aplica para cursos de pós-graduação a distância.





Foto: Igor Sperotto

# A criança é o alvo

O mercado de licenciamento de produtos que cresce 4% ao ano e fatura R\$ 13 bilhões pressiona o público infantil ao consumo e a comportamentos vinculados às marcas

► Por Gilson Camargo

[gilson.camargo@sinprors.org.br](mailto:gilson.camargo@sinprors.org.br)

**N**os Estados Unidos, na Índia ou no Brasil, uma criança com 12 meses já associa o que assiste na tevê com as marcas de *fast food*, material escolar e brinquedos que patrocinam o desenho animado à programação – *Burger King* ou *McDonald's* na maioria dos países ocidentais. Com 18 meses, será capaz de reconhecer logotipos de empresas e antes do segundo aniversário pede os produtos que quer consumir citando as marcas. Aos 3,5 anos, as crianças manifestam a crença de que as marcas lhes comunicam qualidades e valores e um aluno da primeira série escolar já reconhece cerca de 200 marcas, acumula um número sem precedentes históricos de objetos seus e ganha em torno de 70 novos brinquedos por ano. Estraté-

gias de marketing direcionadas à primeira infância, à base de relações diretas com as crianças e exclusão dos pais e professores, além da exposição demasiada à tevê e à internet, explicam a imersão cada vez mais intensa da infância no mundo do consumo.

A mestre em Marketing e professora da ESPM-Sul, Liliane Rohde, alerta que as crianças exercem poder de compra e passam a exigir produtos e marcas específicos cada vez mais cedo. Uma pesquisa realizada por ela em 2009 demonstrou que a relação entre infância e consumo vem se estabelecendo ao longo do tempo. “Antes uma criança se vestia de acordo com o gosto da mãe até os sete anos de idade. Hoje, aos dois, a criança já define suas preferências”. Liliane afirma que a infância está cada vez mais impacta-

da pelo consumo, pois a pressão vem de todos os lados, com influências das redes sociais ou dos grupos de convívio das crianças, que reivindicam produtos e serviços. “Dos anos 2000 em diante, o marketing descobre a criança como tomadora de decisões, o que determina o deslocamento do foco das campanhas para faixas etárias cada vez mais precoces, dos cinco aos sete anos”, analisa. Do ponto de vista ético, a publicidade tem sido mais nociva do que responsável, avalia a professora, “pois trata-se de uma faixa etária em que a criança não consegue discernir muito bem o que é realidade e o que é fantasia”.

“Na faixa etária dos oito aos 13, elas assistem a mais de 3,5 horas de tevê, são atingidas por 110 anúncios diários e solicitam 3 mil produtos e servi-



ços por ano”, exemplifica Juliet Schor, professora de Sociologia na Faculdade de Boston, autora de livros sobre a exposição cada vez mais precoce das crianças à publicidade e ao consumo nos Estados Unidos, como *Nascidos para comprar* (Gente, 2009). A estratégia de marketing consiste em travestir a cultura infantil com temas e valores testados em adolescentes, assinala Juliet, ao destacar uma declaração de Betsy Frank, diretora de pesquisas da MTV Networks: “se algo funciona para a MTV, funcionará também para a Nickelodeon”.

“Tecer uma rede de referenciais, objetivo de vida e valores de uma criança em cima de objetos para consumo pode transformá-la em um adulto que vai precisar muito da posse dos objetos para ter a noção de pertencimento ao mundo. A questão colocada pelo consumo é escolher entre o melhor e o cinza”, alerta a professora do Instituto de Psicologia da Ufrgs, Inês Hennigen. Para ela, o problema não são os brinquedos, roupas e materiais escolares que reproduzem o universo infantil, mas o condicionamento das crianças a consumir cada vez mais, sem espaço para a imaginação, a criatividade e as relações. “Os pais devem negociar com as crianças, colocar oposições, retirar as embalagens dos produtos e analisar o valor do seu conteúdo, qualidade e possibilidades. Todos nós consumimos e adquirimos



Inês, professora do Instituto de Psicologia da Ufrgs

imaginários, criamos histórias em cima dos nossos brinquedos. O problema é que hoje o brinquedo já vem com a história, a criança só vai aderir, viver como aqueles personagens e objetos. É problemático quando se tem um único referencial, sem contato com o contraditório”, aponta a especialista em Psi-

cologia Social e da Educação.

Questionadas sobre o que querem ser quando crescer, as crianças não apontam uma profissão, mas *status* e poder aquisitivo. A maioria quer ser rica e famosa. No livro *Brandchild*, de 2003, o escritor britânico Martin Lindstrom analisa os dados de uma pesquisa sobre vinculação entre marcas e pré-adolescência, realizada com jovens de 15 nacionalidades, que constatou que o projeto de vida de 75% dos pré-adolescentes tanto norte-americanos quanto indianos, por exemplo, é “ser rico”, tratam-se dos maiores percentuais entre os países pesquisados. A fama é almejada por 61%. E mais crianças nos EUA do que em qualquer outro lugar do mundo creem que suas roupas e marcas descrevem quem elas são e definem sua posição social. Em contrapartida, as evidências de angústia entre as crianças cresceram. As taxas de obesidade atingem valores epidêmicos. Os diagnósticos de distúrbios de déficit de atenção e daqueles relacionados à hiperatividade aumentaram dramaticamente e um número recorde de crianças está ingerindo medicamentos para encontrar autocontrole e foco. “Os jovens entre nove e 17 anos encontram-se tão ansiosos quanto aqueles que em 1957 eram imediatamente internados em clínicas para tratamento de distúrbios psiquiátricos”, compara Juliet Schor.

## Mercado de licenças cresce 4% ao ano e fatura R\$ 13 bilhões

O Brasil é o quarto país em faturamento com a venda de produtos licenciados de marcas do mundo, atrás de EUA, Japão e México, e projeta um faturamento de R\$ 13 bilhões neste ano, com um crescimento de 4% ao ano desde 2012. As licenças são reproduções de personagens do cinema e da tevê em cadernos escolares, mochilas, adesivos, vestuário etc., feitas por indústrias que pagam aos proprietários das marcas *royalties*, uma remuneração sobre os direitos de propriedade. As vendas de material escolar, alimentos, roupas e calçados, acessórios, eletrônicos, cosméticos, cadernos, brinquedos e publicações com a carinha e o logotipo de personagens criados pela tevê e o cinema não param de crescer e de inundar o mercado com novidades a cada final de ano ou início de período letivo. Os negócios nunca foram tão bem quanto na primeira metade desta década, confirma a presidente da Associação Brasileira de Licenciamento (Abral), Marici Ferreira. “Os fatores que justificam esse desempenho nos últimos anos são economia estável, melhor infraestrutura de varejo, melhor compreensão do conceito de licenciamento pela indústria, distribuidores e varejistas, grande potencial de empresas que podem utilizar licenciamento e crescimento no poder de consumo”.

O mercado é dominado pelas marcas internacionais, que detêm 75% de participação, mas as licenças brasileiras vêm conquistando cada vez mais espaço. Além das mais consagradas como a *Maurício de Sousa*, que licencia especialmente cadernos, mochilas, bonés e vestuário com os personagens da *Turma da Mônica*, Marici destaca as esportivas como *Mormaii*, *Red Noose*, *Fico* e outras, que vira-

ram verdadeiros fenômenos, como a *Galinha Pintadinha*, que fatura R\$ 20 milhões por ano com a venda de mídias digitais, pelúcias, infláveis, jogos, livros para crianças de dois anos e até uma linha para bebês; ou a dupla de palhaços *Patati Patatá*.

Segundo o presidente do Fórum Nacional Contra a Pirataria (FNCP), Edson Vismona, as perdas do setor de licenças com as falsificações em 2013 atingem R\$ 30 bilhões, sendo R\$ 130 milhões somente no segmento de brinquedos. “O comércio ilegal sonega todos os impostos, utiliza o subemprego e a mão de obra escrava, não investe nada e se apropria do investimento do outro e só gera riqueza para as grandes multinacionais do crime, que dominam todo o processo. Os produtos piratas afetam a saúde e segurança dos consumidores, têm baixa durabilidade ou nem funcionam. E o mais perverso, alimentam as organizações criminosas, estimulando outros crimes: tráfico de drogas, de pessoas e de armas. Por todos esses motivos, a pirataria é totalmente condenável”, ressalta Vismona.

**LICENCIAMENTO** – Criação da Bromélia Filminhos, empresa dos publicitários Marcos Luporini e Juliano Prado, o personagem *Galinha Pintadinha* surgiu por acaso em 2006, com a postagem de um despretenso vídeo de demonstração que em seis meses recebeu 500 mil *likes*. O primeiro DVD, lançado em 2008, vendeu 400 mil cópias e o segundo, em 2012, foi o segundo mais vendido do ano, com 1,5 milhão de cópias – o primeiro lugar foi da cantora britânica Adele. A marca, que não permite a reprodução da personagem em embalagens de refrigerantes, mas já lançou um *tablet* personalizado, é administrada pela

Redibra Licensing, mesma empresa que cuida dos licenciamentos de produtos que fazem a cabeça de bebês, crianças e adolescentes: a Coca-Cola, o cantor Luan Santana, os desenhos animados *Peixonauta* e *Os Simpsons* e as revistas *Capricho* e *Mundo Estranho*.

“A licença *Peppa Pig* se tornou nosso maior lançamento de 2014. Não se trata de caso isolado, pois a cada ano o mercado é capaz de trazer novos personagens e “febres”. O apelo em si é para aquela faixa de público que vai até os cinco ou seis anos de idade. O próprio desenho faz muito sucesso, então, basta criar uma linha que seja condizente com o público que o acompanha”, revela Aires Leal Fernandes, diretor de Marketing da Estrela. Os licenciados equivalem a 30% do faturamento anual da companhia, que encerrou 2013 com receita de R\$ 131 milhões, 8,7% de crescimento.

**SATURACÃO** – Para o empresário Eliseu França, que mantém uma rede de lojas de brinquedos nos três estados do Sul e em São Paulo, os principais personagens idolatrados pela criançada já deixaram de ser fenômenos de venda. A boneca *Barbie*, que vendia uma unidade a cada meio



Eliseu França, comerciante



# COMPORTAMENTO

segundo no mundo no começo dos anos 2000, é um exemplo de queda nas vendas. “As licenças da Mattel estão quase quebradas, a *Barbie* puxa o mercado de brinquedos para baixo, mas mesmo os novos como a linha *Monster High*, *Frozen* e *Peppa Pig* já cansaram”, confidencia. O segmento representa 50% do faturamento, com margem de 5%. “Os licenciamentos são uma aposta segura devido à venda em escala, garantida pela estrutura de marketing que coloca o brinquedo na mão das crianças”, explica França.

Carlos Alberto Corrêa, da Casa do Estudante, loja de materiais escolares que mantém uma filial também nas dependências do Colégio Farroupilha, em Porto Alegre, afirma que reduziu a margem de lucro dos licenciados que, em geral, custam mais que dobro do preço de um produto comum. O empresário diz que assim aumenta as vendas e já projeta crescimento de 15% neste ano.

“Não há nada de negativo em oferecer à criança o brinquedo que ela escolheu e com o qual ela se identifica, desde que os pais consigam orientar os filhos em

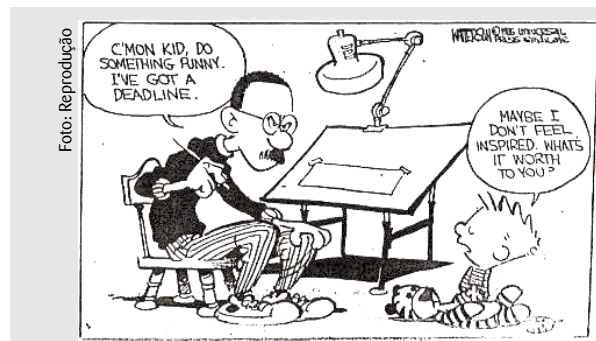
meio a tantas opções, propaganda e apelos ao consumo”, ressalta a pedagoga Angela Albeche, que levou a filha, Sofia, de cinco anos, a uma loja de shopping da capital para comprar uma fantasia do longa de animação *Frozen – Uma aventura congelante*, da Disney. Já Marcelo Padilha relata que a definição do presente da filha, Amanda, seis anos, foi negociado. “Oferecemos a ela a possibilidade de fazer uma lista com seis presentes, da qual nós elegemos dois”. Ele diz que, ao completar seis anos, a menina já tinha as suas preferências de brinquedos, vestuário e calçados e atribui isso à influência da tevê. Para

o trabalhador da construção civil Valdeci Lorenz, a preferência do filho por uma mochila do personagem *Ben 10* criou dificuldades em casa, já que o produto



Marcelo Padilha relata que a definição do presente da filha foi negociado

não cabia no orçamento da família. “A gente tenta explicar que o dinheiro é curto, mas eles sofrem pressão na escola”, explica.



**SEM CONCESSÕES** – O cartunista norte-americano Bill Watterson, criador dos personagens *Calvin & Hobbes*, resistiu à pressão de editores que queriam comercializar seu trabalho e preferiu parar de desenhar as tiras, publicadas em jornais de 1985 a 1995. Para o autor, a reprodução dos personagens em bonés, canecas e camisetas seriam uma forma de reduzir e despersonalizar seu trabalho. Mesmo a proposta de uma versão em desenho animado das estripulias protagonizadas pelos dois personagens, um menino hiperativo e seu tigre de pelúcia, popularizados no Brasil como *Calvin e Haroldo*, foi recusada pelo desenhista.

## Mercur para de produzir licenciados

Após 90 anos de atuação, os gestores da indústria de produtos de borracha Mercur, de Santa Cruz do Sul, resolveram investir em um novo modelo de empresa e priorizar a sustentabilidade e a responsabilidade social. Fundada em 11 de junho de 1924 por Carlos Hoelzel e Jorge Emilio Hoelzel, a pequena fábrica de manufatura de borracha fora concebida para consertar os pneus dos carros que ficavam pelo caminho nas estradas esburacadas da Encosta da Serra e, com o passar dos anos, transformou-se em grande indústria. Atua em quatro segmentos do mercado: educação, saúde, revestimentos e artesanato e gera 700 postos de trabalho diretos e cem indiretos. “Até então, operávamos no modelo do capitalismo tradicional de desenvolvimento, produção e comercialização de produtos e serviços focados na maximização do retorno sobre o capital investido e que desconsiderava impactos que a sua operação causava em outras instâncias como, por exemplo, impactos ambientais como as emissões de gases de efeito estufa, e impactos sociais, como a concentração de renda, a comunicação violenta”, define Jorge Hoelzel Neto, facilitador e membro do Conselho de Administração da empresa. “O início deste repensar se deu a partir do momento em que nos permitimos questionar a nossa existência como indústria e o nosso papel na sociedade. Em outras palavras, com que propósito fazíamos o que fazíamos?”

Com o modelo de gestão focado em questões econômico-socioambientais, foi necessária a construção de novos indicadores de sucesso, novas metas e, principalmente, a definição do que não seria mais feito pela empresa.



Jorge Hoelzel, da Mercur

A primeira iniciativa foi encerrar a produção da linha escolar de licenciados da Mattel (*Barbie* e *Hot Wheels*), Exim (*Moranginho*) e Disney; e dos produtos para a indústria do tabaco, o que provocou uma queda de 13% no faturamento entre 2010 e 2011. Devido ao controle das emissões de gases de efeito estufa, a Mercur reduziu as exportações de 2,5% para 1% do faturamento.

Segundo Hoelzel, a decisão de deixar de produzir a linha de licenciados veio depois de um trabalho feito com professores e pedagogos que

definiram esses produtos como itens relacionados a problemas discriminatórios no relacionamento das crianças, que induzem ao consumismo e criam dificuldades às famílias com poder aquisitivo mais restrito.

Em contrapartida, o novo modelo de gestão promove a criação de novos projetos que têm as pessoas como o centro das atenções. “Desenvolvemos projetos que privilegiam a aquisição de matérias-primas para mais perto da empresa (diminuindo a pegada de emissões), a criação de ocupação e renda e projetos que diminuíssem o consumo de produtos não renováveis. Além desses, no momento estamos desenvolvendo a criação de um Laboratório de Inovação Social em colaboração com o Sesi, com a finalidade de desenvolver a criatividade, a autonomia e o protagonismo junto aos colaboradores da empresa, além de atrair a comunidade para gerar inovações”.

Para o empresário, vale a pena redefinir o lucro para produzir produtos e serviços que melhorem a vida das pessoas e preservem o meio ambiente. “Na verdade, não abrimos mão do lucro, apenas definimos o lucro como uma consequência do nosso trabalho e não como uma meta a ser buscada. O lucro continua sendo importante para que se possa fazer investimentos e continuar nossa caminhada, mas ele não pode se sobrepor a questões que geram impactos negativos a outras pessoas”, conclui.



## Imposição de mercadorias, marketing e relações de consumo

As crianças têm uma longa história como consumidoras, especialmente de literatura e vestuário. O escritor norte-americano Bernard Mergen afirma que em 1870 os brinquedos já eram usados para simbolizar posição social. No entanto, o consumo era modesto em comparação com o trabalho, as brincadeiras, o lazer, a escola, ao contrário do que acontece hoje. “As horas de ócio estão preenchidas pelo marketing, que substituiu as sociabilidades não estruturadas, e muito do que as crianças realizam durante seus momentos de lazer diz respeito a mercadorias e suas relações de consumo.”

Foto: Igor Sperotto



Artigos licenciados estimulam o consumo infantil

O poder de compra das crianças explodiu, uma vez que elas passam o dia comprando ou vendendo mais televisão”, afirma Juliet Schor. No livro *Nascidos para comprar*, ela constata que propaganda e o marketing deliberadamente influenciam as crianças para que se tornem consumidores autônomos e com mais autoridade graças a uma inversão da antiga fórmula válida na década de 1920, que vendia produtos infantis por meio de uma aliança com as mães. “A nova regra é que crianças e marqueteiros unam as forças para convencer os pais a gastar mais dinheiro”. Atualmente, as crianças estão imersas em um ambiente de consumo tão intenso que torna insignificante qualquer experiência mercadológica de épocas anteriores.

### Publicidade abusiva

O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, Conanda, decidiu em abril que toda publicidade voltada para o público infantil e adolescente é abusiva. Como o Código de Defesa do Consumidor proíbe propaganda abusiva, não seria mais permitido publicidade dirigida a esse público. Entidades de classe de anunciantes, agências de publicidade e veículos de comunicação, no entanto, questionaram a decisão, sob o argumento de que a proibição só poderia ser determinada pelo Congresso Nacional por meio de lei. Entre as inúmeras propostas que discutem o assunto, o Projeto de Lei nº 5.921/2001 do deputado Luis Carlos Hauly (PSDB-PR) tramita há 13 anos na Câmara. A proposta que proíbe a propaganda de publicidade para crianças até 12 anos de idade deve ser analisada pela Comissão de Constituição e Justiça. Se for aprovada e nenhum deputado peça sua votação no plenário, será encaminhada ao Senado.

A publicidade de alimentos para crianças é autorregulamentada somente no Brasil e na Austrália, ou seja, nesses países não há leis nacionais. Quem cria as normas é o próprio setor, que negocia com o governo. No mundo, apenas a cidade de Quebec, no Canadá, e a Noruega não permitem qualquer tipo de publicidade para crianças. França e Chile permitem mensagens que recomendem o consumo moderado e a alimentação saudável. A proibição é parcial no Reino Unido, Irlanda, Itália, Suécia, Dinamarca, Bélgica, Coreia do Sul e o próprio Chile – nesses países, os comerciais são vetados em determinados horários ou faixas etárias. No Reino Unido e na Suécia, personalidades e personagens da indústria do entretenimento, especialmente desenhos animados, não podem aparecer em anúncios de alimentos infantis.



## Verão Unimed Porto Alegre

Confira as dicas que separamos para deixar seu verão ainda melhor.

### Cuidados com a pele

Não tome banho com sabonete antes de ir à praia, pois a gordura natural produzida pela pele também serve como uma barreira às agressões físicas, como a radiação ultravioleta e o ressecamento cutâneo. Evite o uso de cosméticos. Dê preferência aos bons protetores solares. Ao retornar da praia, piscina ou clube, tome banho com sabonete suave e hidrate bem a pele.

### Atividade física

As pequenas atividades do dia a dia somam muitos pontos a favor da saúde. Prefira as escadas em vez do elevador, leve o cachorro para passear, estacione o carro um pouco mais longe ou desça do ônibus uma parada antes. E, é claro, converse com o seu médico antes de iniciar um programa de exercícios físicos.

### Hidratação

Beba sempre água tratada ou de fonte conhecida.

### Alimentação

São muitas as relações entre a alimentação e a saúde. Dê preferência aos alimentos de origem vegetal – frutas, verduras, grãos e cereais integrais. Mantenha uma alimentação variada e colorida. Limite o consumo de sal e evite o álcool.

Para mais dicas de bem-estar, acesse nosso blog: [bemestar.unimedpoa.com.br](http://bemestar.unimedpoa.com.br).

CUIDAR DE VOCÊ. ESSE É O PLANO.





# ENSINO PRIVADO

## PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA

### Assembleia definirá proposta para 2015

Processo de decisão coletiva dos professores sobre as receitas do Sindicato foi implantada há mais de 20 anos

**O**s professores do ensino privado definirão em assembleia geral, no dia 13 de dezembro, a previsão orçamentária do Sinpro/RS para 2015. O encontro será às 14h, na Sede estadual do Sindicato em Porto Alegre (Avenida João Pessoa, 919). Na assembleia também haverá a eleição complementar para a direção colegiada do Sindicato, em função de falecimento e de afastamento de diretores por motivos profissionais, encaminhamentos para a Campanha salarial 2015 e assuntos gerais.

A política de decisão coletiva da categoria sobre as receitas do Sindicato foi implantada há mais de 20 anos. “Esse processo é marca registrada do Sinpro/RS”, destaca Amarildo Cenci, diretor do Sindicato. A sustentação financeira do Sinpro/RS tem suporte em três fontes de recursos: mensalidades dos associados, contribuição sindical (lei federal) e contribuição assistencial.

Aproximadamente 90% dos recursos financeiros do Sinpro/RS dependem da definição da categoria. “As mensalidades representam 50% da receita, resultado do esforço e do planejamento da direção do Sindicato para somar anualmente novos associados”, expõe Amarildo Cenci.

Atualmente, são 19.434 professores associa-

dos, de um total de 33.711 empregados em 2.516 instituições de ensino em todo estado.

**RESTITUIÇÃO** – Os professores também avaliarão na Assembleia proposta da direção colegiada de ratificar a restituição, em 2015, da contribuição sindical aos associados, assim como definir o percentual e o período de desconto da contribuição

estão conjugadas com a restituição da contribuição sindical aos associados”, explica Cenci. “Nos últimos dois anos, os associados receberam 15% a mais do valor repassado pela Caixa Econômica Federal (CEF) ao Sinpro/RS. A contribuição sindical representa em torno de 7% da receita do Sindicato.

**ELEIÇÃO COMPLEMENTAR** – A As-

sembleia terá caráter eleitoral para o preenchimento de seis cargos diretivos em cinco direções regionais do Sindicato: Bagé, Erechim, Passo Fundo, Santo Ângelo e São Leopoldo.

O estatuto social do Sindicato permite o preenchimento dessas vagas de diversas formas, tendo a direção colegiada optado pela eleição em assembleia geral ordinária especialmente convocada para este fim. Os candidatos precisam preencher as condições de elegibilidade: exercício da atividade docente no ensino privado há pelo menos um ano; estarem associados à entidade há mais de três meses; estarem em dia com as mensalidades sindicais e com



Professores deliberam políticas do Sinpro/RS em assembleia

assistencial, que também será submetida às assembleias da campanha salarial. A direção do Sindicato está propondo para 2015 uma redução no percentual da contribuição assistencial. “A ampliação do número de associados e a redução da assistencial

o pagamento de eventuais serviços contratados junto ao Sindicato.

O mandato dos novos dirigentes eleitos terá a duração do período restante dessa gestão, final de 2016.

## CAMPANHA SALARIAL 2015

### Pauta será definida em fevereiro

O Sinpro/RS decidiu adiar para fevereiro a assembleia geral que definirá as reivindicações dos professores da educação básica e da educação superior, tradicionalmente construídas no final do ano. A iniciativa objetiva, segundo a direção do Sindicato, aproximar a definição das reivindicações à negociação com o Sinepe/RS, que começa em março.

“A antecipação do reinício das aulas e o retardamento do início das tratativas criaram um espaço de tempo em que se pode realizar as assembleias regionais para a definição das pautas”, explica Marcos Fuhr, diretor do Sindicato.

A avaliação da direção do Sinpro/RS é de que essa alteração oportunizará melhores condições de participação dos professores. “Superadas as tensões da transição do ano letivo, o retorno e o reinício das atividades são mais propícios a reivindicações e participações do que o final do ano”.

Em fevereiro, o Sindicato divulgará as datas, horários e locais das assembleias regionais. Além do reajuste salarial, serão discutidas questões como calendário 2015/2016, Educação a Distância, número de alunos por turma, isonomia no ensino fundamental e melhoria dos pisos.

## EDUCAÇÃO INFANTIL

### Dissídio 2014 aguarda homologação do TRT

O Sinpro/RS e o Sindicreches aguardam a decisão do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) referente ao acordo realizado no processo para validar a Convenção Coletiva de Trabalho 2014 dos professores que atuam em escolas exclusivamente de educação infantil. O acordo foi construído entre os Sindicatos após ajuizamento do dissídio coletivo, visto que não houve um consenso entre as partes durante a negociação salarial.

Após duas audiências de mediação, os representantes do Sinpro/RS e do Sindicreches chegaram a uma proposta que prevê a equiparação dos pisos menores recebidos pelos professores com carga horária superior a 30 horas semanais, com o piso imediatamente superior, em um período de três anos (2014, 2015 e 2016). Se homologado no Tribunal, em Porto Alegre, o piso menor terá reajuste de 11,64% e os outros dois pisos praticados na capital serão reajustados pelo INPC de 5,82%. Nos demais municípios do estado, que praticam dois valores hora-aula, o piso menor terá reajuste de 16,40% e o maior pelo INPC de 5,82%. A decisão deve ocorrer ainda no início do mês de dezembro.



## EDUCAÇÃO SUPERIOR

**Comunitárias são reconhecidas como públicas**

O Rio Grande do Sul já conta com oito instituições de ensino superior reconhecidas como Comunitárias pelo Ministério da Educação (MEC). O fato acontece um ano após a presidente Dilma Rousseff sancionar, em novembro de 2013, a Lei nº 12.881, que define e dá finalidade às Instituições Comunitárias de Educação Superior (ICES). Em outubro deste ano, o MEC assinou a portaria que regulamenta a qualificação das ICES como Comunitárias.

Para o Consórcio das Universidades Comunitárias Gaúchas (Comung), uma das entidades que representam as ICES, a sanção da lei é um marco no Brasil e qualifica a luta para a criação de uma lei que diferencie as Comunitárias das demais instituições. O Fórum das Faculdades Comunitárias (Forcom), criado em 2011, também orientou as 19 faculdades associadas que busquem o credenciamento junto ao MEC. “Todas as faculdades do Forcom estão habilitadas ao credenciamento”, explica Delmar Backes, coordenador do Fórum.

Até o momento foram qualificadas como Comunitárias a Feevale, UCPel, PUCRS, Unijuí, Unilasalle, Unisc, Univates e Unifra. A expectativa do Comung é que, dentro de pouco tempo, todas as 15 ICES representadas por eles tenham portaria de qualificação publicada pelo MEC. “A grande vitória é que agora temos essa diferenciação. Conseguimos abrir um espaço que é nosso”, comemora Ney José Lazzari, presidente do Comung e reitor da Univates.

**NOVO MODELO** – Com a regulamentação, surge um novo modelo de instituição, antes divididas entre privadas e públicas. As Comunitárias passam a ser reconhecidas como públicas não estatais, podendo concorrer a editais para a obten-



Oito instituições gaúchas de educação superior já estão reconhecidas

ção de recursos públicos em pesquisa e extensão. De acordo com a lei, as verbas obtidas através do poder público devem ser aplicadas pelas instituições na prestação de serviços à população, como programas gratuitos e permanentes de extensão e ações comunitárias voltados à formação e ao desenvolvimento dos alunos e da sociedade. “Este reconhecimento dá mais força para cada vez mais fazermos a ponte entre o conhecimento, o desenvolvimento e a comunidade”, esclarece o vice-presidente do Comung, Martinho Luis Kelm.

Ainda em 2014, dois editais lançados pelo MEC, o ProExt e o Pró-Equipamentos, antes des-

tinados somente às instituições públicas, abriram inscrições também para as Comunitárias, permitindo captação de recursos para o desenvolvimento de projetos de extensão e aquisição de equipamentos para pesquisa sem intermediários, como as prefeituras.

São consideradas universidades comunitárias as instituições que se constituem na forma de associação ou fundação de direito privado, têm patrimônio pertencente à sociedade civil ou ao poder público, não distribuem sua renda, aplicam integralmente os recursos nas suas atividades e desenvolvem permanentemente ações comunitárias.

## QUALIDADE DE VIDA

**Sinpro/RS lançará novo projeto**

A partir de março de 2015, os professores associados ao Sinpro/RS contarão com um programa de caminhada e corrida em Porto Alegre. Projeto-piloto proposto pelo Núcleo de Estudo e Preservação da Saúde do Professor (Nesp), do Sindicato, o programa disponibilizará aos associados uma equipe de profissionais especializados, com formação em Educação Física, para fazer o acompanhamento individual dos professores, traçando metas e objetivos, que deverão ser alcançados através de grupos de caminhada e corrida, em diferentes pontos da capital.

“A ideia é estimular a atividade física, modificando o estilo de vida, bem como a socialização dos professores”, expõe Sani Cardon, diretor do Sindicato e integrante do Nesp. “Iniciaremos em Porto Alegre, mas queremos estender o projeto ao interior”.

Ainda em dezembro, o Sindicato disponibilizará no site ([www.sinprors.org.br](http://www.sinprors.org.br)) um ambiente específico para a divulgação do programa e começará a cadastrar os professores interessados. “Os primeiros cem professores cadastrados terão isenção na mensalidade do programa por três meses”, anuncia Cardon. “O programa será parcialmente subsidiado pelo Sindicato”.

O programa é uma das ações do Sinpro/RS na área da Saúde dos professores. O Nesp já realizou duas pesquisas sobre o tema no ensino privado do Rio Grande do Sul: em 2009 e 2010, sobre as condições de trabalho e saúde dos trabalhadores e, em 2012, avaliação do estresse em professores. Ambas auxiliaram o Sindicato nas negociações coletivas com os sindicatos patronais.

## PLANOS DE CARREIRA

**Renovação em discussão**

O Sinpro/RS chega ao final de 2014 com um número de 38 Planos de Carreira Docente – PCDs negociados e acompanhados junto às instituições de ensino superior do estado, que beneficiam todos os professores. O trabalho é realizado desde 2006 por um núcleo de profissionais formado por dirigentes e advogados do Sindicato que se reúnem com representantes das universidades e faculdades, em uma atuação de construção e aperfeiçoamento dos planos.

“Um dos grandes méritos dessa política do Sindicato é que ela dá efetividade a uma exigência do MEC que, em outros estados do país, onde os sindicatos não atuam sobre esse tema, acaba se tornando um atendimento formal de uma mera exigência burocrática. Com o acompanhamento de perto conseguimos a cada renovação melhorar as perspectivas de carreira dos professores”, afirma Marcos Fuhr, diretor do Sinpro/RS.

**RENOVAÇÃO** – Neste final de ano, estão em curso processos de revisão dos planos da Unisinos e Feevale e, em vias de atualização, da Unifra, da URI, da Unisc, da Fabor e da Setrem.



# ENSINO PRIVADO

CONAE 2014

## Regulamentação do Sistema Nacional de Educação como prioridade

Mais de 2,6 mil participantes estiveram reunidos em Brasília, de 19 a 23 de novembro, para a 2ª Conferência Nacional de Educação (Conae 2014). Uma comissão do Rio Grande do Sul, formada por diversas entidades ligadas à educação pública e privada, entre elas o Sinpro/RS, participou dos colóquios, mesas de interesse, plenárias e debates do evento.

Como resultado do encontro, os delegados aprovaram a prioridade para os próximos anos: a regulamentação do Sistema Nacional de Educação (SNE), como prevê o Plano Nacional de Educação

(PNE), aprovado pelo Congresso nacional. Os participantes ainda elaboraram um documento final que cobra o acesso a uma educação pública, gratuita, laica e de qualidade e que leve em consideração a diversidade do país. As discussões aprovaram propostas sobre os rumos para a educação no país, a partir dos sete eixos temáticos.

**CONFERÊNCIA ESTADUAL** – De 28 a 30 de novembro, foi realizada a Conferência do Plano Estadual de Educação (PEE), em Porto Alegre. Durante o encontro, foram discutidas mais de 1,2 mil emendas divididas em seis eixos temáti-

cos. As propostas aprovadas nos grupos passaram a integrar as resoluções da Conferência. Entre as emendas acatadas estão: a manutenção do plano de carreira do magistério estadual e a destinação dos recursos da exploração de petróleo e gás apenas para as escolas públicas. “O documento final será encaminhado ao Conselho Estadual de Educação (CEED). Uma vez aprovado, segue para o gabinete do governador, que encaminhará à Assembleia Legislativa do RS”, explica a diretora pedagógico-adjunta da Secretária de Estado da Educação, Rosa Maria Mosna.

### TRANSFERÊNCIA DE ALUNOS

#### Assembleia Legislativa pede retirada da pauta

A Audiência Pública realizada na Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do RS, no dia 4 de novembro, para debater a Informação 44/2014, proposta pelo Conselho Estadual de Educação (CEED/RS), que trata da proibição de transferência compulsória de alunos com problemas de disciplina, encaminhou pedido de retirada da proposta da pauta do CEEd/RS para que haja o aprofundamento do debate.

O encontro contou com a participação de representações de todas as entidades da educação pública e privada do estado, além de professores, alunos, direções de escolas e imprensa.

Thalisson Silveira da Silva, presidente da Comissão Especial da Informação 44 no CEEd/RS defendeu a aprovação da minuta. “Diante da consulta do MP e uma vez que o parecer 820 não trata do tema, avaliamos a necessidade de elaborar princípios que devem guiar as normas das escolas e medidas que devem ser construídas sem o ato punitivo”, afirmou.

Marcos Fuhr, diretor do Sinpro/RS, reiterou o posicionamento do Sindicato contrário à Informação 44. “Nossa divergência está no item 8, que veda a transferência compulsória de alunos”, ressaltou Fuhr. Na maioria das situações de conflito envolvendo alunos, fica por conta do professor a resolução solitária do problema face à omissão das equipes diretivas”, ressaltou Fuhr.

### URCAMP

#### Audiência pública do TRT

No dia 20 de novembro, a Urcamp de Bagé sediou audiência pública do Juízo Auxiliar da Conciliação do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), sob a presidência do juiz Carlos Alberto Lontra. Na pauta, a implementação do expediente administrativo ajustado com a Urcamp para o pagamento de credores trabalhistas e a amortização das pendências salariais.

Estavam presentes juízes do Trabalho de Bagé, Ministério Público, procuradores da Prefeitura de Bagé, direção da OAB local, representantes da Reitoria, Sinpro/RS e demais sindicatos das categorias profissionais, além de expressivo número de professores e funcionários.

Os sindicatos pediram maior empenho por parte da Reitoria para a venda judicial dos bens disponibilizados pela Urcamp para o expediente administrativo. A direção do Sinpro/RS destacou os efeitos positivos do processo de conciliação que vem sendo desenvolvido e referiu o êxito da ação do Sindicato junto ao Judiciário Trabalhista de Bagé, que conseguiu recuperar créditos da Urcamp junto às prefeituras da região, integralmente usados para amortizar passivos salariais dos professores.

## A importância da preparação à aposentadoria

Diego Kretschmer Souza\*



É inegável que já temos arraigados em nossa cultura alguns maus costumes, como, por exemplo, o “jeitinho brasileiro”, outra negligência está no fato de deixarmos para definir as coisas no último momento possível. É assim com as compras de Natal, com o Imposto de Renda etc. E, infelizmente, não é diferente com a aposentadoria.

Os segurados, em geral, deixam para encaminhar suas aposentadorias quando acham ter direito ao benefício. No entanto, nem sempre os dados que o INSS possui correspondem com a realidade vivida pelo segurado.

O tempo de serviço e os salários-de-contribuição, ambos dados que serão usados para cálculo do benefício do segurado, são comprovados por meio dos lançamentos constantes no Cadastro Nacional de Informações Sociais (CNIS).

Portanto, se tais registros estão incorretos, equivocados ou omissos, por certo a aposentadoria será gerada com os vícios deste sistema ou importará na demora de sua concessão. Logo, é importante conhecermos quais as informações que lá estão inseridas.

O segurado poderá, a qualquer momento, o quanto antes melhor, solicitar eventuais retificações das informações constantes do CNIS, com a apresentação de documentos comprobatórios sobre o período ou salários-de-contribuição divergente.

Como já afirmamos, o Judiciário não está reconhecendo a conversão do período de professor após junho de 1981, entretanto, para os períodos que tenha laborado sob condições especiais, expostos a agentes biológicos, químicos ou físicos (laboratórios, clínicos ou ruídos), os professores, nestes períodos, podem obter o reconhecimento do tempo especial, embora tenha sido dificultado ao máximo pelo INSS.

É interessante que o segurado providencie, com antecedência, junto às empresas empregadoras, o formulário PPP (Perfil Profissiográfico Previdenciário) exigido para concessão de tempos especiais.

Estes são alguns elementos para que, antes de se aposentar, o trabalhador passe a preparar sua aposentadoria e verificar se os dados constantes no INSS estão corretos. Caso não estejam, devem ser providenciados eventuais acertos referentes a contribuições, apurar a documentação necessária, verificar se inseridas alterações decorrentes de ações trabalhistas, entre outras.

Diversos pontos interferem no encaminhamento da aposentadoria. Lembremos: este benefício é para o resto da vida! Como é melhor prevenir do que remediar, nada melhor que nos educarmos e prepararmos nossa aposentadoria.

\*Advogado, Portanova & Advogados Associados



## FGTS

# Alterado prazo para cobrar valores não depositados

Desde o dia 13 de novembro, os trabalhadores brasileiros estão submetidos a uma nova regra para a cobrança de valores do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS). O Superior Tribunal Federal (STF) decidiu que será possível requerer na Justiça valores de FGTS não depositados apenas até cinco anos após o não pagamento pela empresa, e não mais 30 anos como ocorria. O STF considerou que a nova interpretação da prescrição segue o mesmo prazo já estabelecido na Constituição Federal para os outros créditos da relação de trabalho, como horas-extras.

A assessoria jurídica do Sindicato alerta que os efeitos da decisão não são integralmente retroativos e é necessária atenção do trabalhador para a nova regra. “Todos os depósitos não feitos pelo empregador a partir de 13 de novembro de 2014 (data da decisão) poderão ser cobrados apenas em até cinco anos após a ocorrência”, destaca Sani Cardon, diretor do Sindicato.

“Os débitos anteriores a essa data, com prazo prescricional já em curso, seguem a regra do que ocorrer antes: 30 anos corridos a contar da data em que deveria ter sido realizado o depósito ou cinco anos a partir da decisão do STF, podendo ser ajuiza-

dos até o ano de 2019. As competências seguintes poderão extrapolar o prazo de 2019, pois sempre se contará cinco anos da data do depósito”.

Para o Sinpro/RS, o novo entendimento é um retrocesso nos direitos trabalhistas. “Todas as categorias serão atingidas e orientamos os professores, em especial, a acompanharem com maior atenção junto à Caixa Econômica Federal (CEF) seus depósitos, pois é a melhor forma de cobrar

por seus direitos dentro do prazo previsto por lei. Sabemos que algumas instituições de ensino são conhecidas devedoras do tributo, inclusive com ações na Justiça”, afirma Cardon. Os trabalhadores também podem se valer

Foto: Edimar Blazina/Ascom Sinpro/RS



Sinpro/RS orienta professores a acompanhar depósitos na CEF

da Lei nº 8.036/90, em que os empregadores são obrigados a comunicar mensalmente os valores recolhidos do FGTS, além de monitorar o envio pela Caixa dos extratos atualizados a cada dois meses.

## SESI/SENAI

## Professores definirão reivindicações 2015

Os professores do Sesi e Senai realizam, em dezembro, assembleia geral em 11 cidades no estado, entre 1º e 11 de dezembro, para definir a pauta de reivindicações específica da categoria com vistas à Convenção Coletiva de Trabalho (CCT) 2015, entre o Sinpro/RS e o Sindicato patronal (Sindepars). A proposta de reajuste salarial deverá contemplar a reposição

da inflação (INPC do período). O início das negociações coletivas com Sesi e Senai está previsto para janeiro de 2015. A data-base da categoria é 1º de janeiro.

**Dissídio 2014** – A Negociação Salarial 2014 dos professores do Sesi e Senai tramita desde abril deste ano no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) por meio de dissídio coletivo encaminhado pelo Sinpro/RS. A deci-

são de entrar na Justiça foi aprovada pelos professores em assembleia realizada em março. Duas audiências de conciliação já ocorreram na Justiça, mas o Sindicato patronal resistiu em considerar as reivindicações dos docentes. Com isso, o Sinpro/RS aguarda o julgamento do dissídio pela Justiça do Trabalho, o que ainda não tem data para ocorrer.

## SINPRO/RS VANTAGEM

[sinprovantagem@sinprors.org.br](mailto:sinprovantagem@sinprors.org.br)

Mensalmente, o Sinpro/RS firma convênios com empresas para garantir descontos e/ou pagamentos especiais aos professores associados. Confira no Guia de Convênios, no site do Sindicato ([www.sinprors.org.br/convenios](http://www.sinprors.org.br/convenios)) a relação de todos os produtos e serviços. Para garantir os benefícios é necessário apresentar o Cartão Sinpro/RS Vantagem.

### CANOAS

**Academia Somer Training. Musculação, Ginástica e Lutas.** 20% de desconto no plano mensal e 8% nos planos promocionais de 5 meses. Av. Boqueirão, 1.140 – 51. 3477.7286

[www.academiasomer.com.br](http://www.academiasomer.com.br)

**Ciclone Ar Condicionado, Direção Hidráulica e Módulo de Injeção Eletrônica.** 20% de desconto nas peças e 10% na mão de obra. Rua Manaus, 262 – 51. 3476.2821 e 51. 9679.9061 – [www.ciclonearedh.com.br](http://www.ciclonearedh.com.br)

### LAJEADO

**Arquipélogo Clínica dos Pés. Podologia.** 20% de desconto. Bento Gonçalves, 801, sala 106 – 51. 3729.7391.

**Martina Sofia Lopes. Nutricionista CRN2 11573.** 20% de desconto no pacote de 4 consultas mensais. Bento Gonçalves, 801, sala 606 – 51. 8224.9804.

**Viver Odontologia.** Rua Santos Filho, 216, sala 305 – 51. 3726.4222

[www.viverodontologia.com](http://www.viverodontologia.com)

### PORTO ALEGRE

**Digal Pneus.** 20% de desconto no Kit 04 balanceamentos e geometria 3D, mão de obra nos serviços de freio, suspensão e amortecedores. Av. Sertório, 5245 – 51. 3356.6000.

### SÃO FRANCISCO DE PAULA

**Hotel das Araucárias.** 10% de desconto nas diá-

rias casal, da tabela balcão. Camas extras não possuem desconto. Rua Ipiranga, 20 – 54. 3244-1701 [www.hoteldasaraucarias.com.br](http://www.hoteldasaraucarias.com.br)

### SANTA CRUZ DO SUL

**Academia Gym and Company.** 15% de desconto nas mensalidades. Rua Thomas Flores, 636 – 51. 3713.3786.

**Make Up Estética Automotiva Santa Cruz. Funilaria, Pintura e Estética Automotiva.** 10% de desconto. Travessa Villa Lobos, 63 – 51. 3209.2520 [www.makeupautos.com.br](http://www.makeupautos.com.br)

### SANTA MARIA

**Kleber Alves da Rocha. Fisioterapia e Massagem.** 30% de desconto em fisioterapia e massagem. Rua Venâncio Aires, 2776 – 55. 3221-8999.



# O 1% mais rico está cada vez mais distante dos outros 99%

Conforme o economista francês Thomas Piketty, a riqueza herdada se multiplica em oposição à renda dos trabalhadores comuns e da classe média

► Por César Fraga

cesar.fraga@sinprors.org.br

**P**ara o economista sensação do momento, o francês Thomas Piketty, autor do calhamaço de mil páginas na edição brasileira, *O Capital do Século XXI* (Editora Intrínseca) – a edição americana é mais compacta –, “a redução da desigualdade jamais virá do crescimento econômico”. Ele defende um sistema tributário progressivo sobre grandes fortunas. Para ele, em palestra ministrada na USP no último dia 26 de novembro, a igualdade de oportunidades de acesso à educação é fundamental para mudar o rumo da concentração da renda pesquisada nos 20 países mais ricos. Mesmo não sendo marxista, afirmou: “Marx é possivelmente mais importante que Jesus”.

Piketty criticou a falta de transparência na divulgação das estatísticas relacionadas ao imposto de renda que impede estudos com maior precisão sobre a realidade brasileira. Os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) mostram um nível de concentração, e o imposto de renda, outro. Segundo ele, as pesquisas domiciliares precisam ser complementares aos dados do IR.

Também fez alusão a uma pesquisa recente de especialistas da UnB que utilizou seu método, que mostra que a desigualdade não só estagnou como era maior do que se imaginava.

Seu livro defende, a partir da análise de dados coletados de 20 países, que a desigualdade de renda estaria voltando a aumentar no mundo após décadas de queda.

Para fundamentar sua tese, o economista francês usou dados anônimos obtidos a partir de declarações de Imposto de Renda. Piketty não incluiu os dados brasileiros em seu livro, pois as estatísticas sobre Imposto de Renda não foram liberadas pela Receita Federal. E só por isso o Brasil ficou fora da obra.



Ilustração: Pedro Alice



“É só você olhar os dados (sobre a concentração da renda) nos 10% mais ricos do Brasil e dos EUA para entender porque essa transparência (dos dados) é importante”, afirmou.

“Se você considera essas estatísticas (da PNAD), o Brasil é menos desigual que os EUA, mas se olha os dados do imposto de renda usados pela equipe de (Marcelo) Medeiros (da UnB), o Brasil é mais desigual”, pondera.

O trabalho da UnB mencionado por ele foi publicado em outubro deste ano e é assinado por Mar-

celo Medeiros, Pedro Souza e Fábio Castro.

Pela primeira vez, o levantamento analisa dados da Receita Federal utilizando uma metodologia desenvolvida por Piketty em 2001 e conclui que os 5% mais ricos da população detinham 44% da renda do país em 2012 – não 35% como aponta a PNAD.

Além disso, a pesquisa diz que o coeficiente de desigualdade (Gini) teria permanecido praticamente estável de 2006 a 2012 – enquanto pela PNAD a taxa teria caído 3%.

“No que diz respeito (à renda) concentrada nos

10% mais ricos da população, quando olhamos os dados fiscais (do imposto de renda, usados por Medeiros) e os da pesquisa a domicílio (PNAD), o resultado muda totalmente”, afirmou o francês.

**RESUMO** – Para Piketty, a diminuição da desigualdade de renda depende de políticas de valorização do salário e de políticas inclusivas. E o acesso à educação de qualidade é o mais importante mecanismo para diminuir essa desigualdade. É preciso também criar taxações progressivas de renda e fortalecer movimentos trabalhistas.

## Nunca mais discutiremos desigualdade como antes

O *Prêmio Nobel* de Economia 2008, Paul Krugman, em artigo publicado no *New York Times*, assim que o livro foi lançado nos Estados Unidos (com 400 páginas a menos que no Brasil), em abril passado, já adiantava que a obra revolucionaria profundamente a forma como pensamos concentração de renda e desigualdade. Krugman destaca que se tornou comum afirmar que estamos vivendo uma segunda *Belle Époque* ou *Era de Ouro*, que Piketty credits à ascensão do “1%” mais rico. O economista destaca que só sabemos isso pelo trabalho de Piketty e seus colegas, principalmente Anthony Atkinson, de Oxford, e

Emmanuel Saez, de Berkeley, responsáveis pelo desenvolvimento de técnicas estatísticas pioneiras que tornam possível rastrear a concentração de renda e de riqueza no passado distante – até o começo do século 20, no Reino Unido e Estados Unidos, e até o final do século 18, no caso da França.

No artigo, Krugman diz que o resultado foi uma revolução na compreensão sobre as tendências da desigualdade em longo prazo. Antes dessa revolução, a maioria das discussões sobre a disparidade econômica mais ou menos desconsiderava os muito ricos. Alguns economistas (para não mencionar políticos) tentavam

sufocar aos gritos qualquer menção à desigualdade. Os debates sobre desigualdade se restringiam à disparidade entre os pobres da classe trabalhadora e as pessoas prósperas, mas não mencionavam os verdadeiramente ricos. Portanto, foi uma revelação quando Piketty e seus colegas demonstraram que as rendas do hoje famoso “1%”, e de grupos ainda mais estreitos, na realidade representavam a história mais importante na ascensão da desigualdade. “É um livro extremamente importante em todas as frentes. Piketty transformou nosso discurso econômico; jamais voltaremos a falar sobre renda e desigualdade da maneira que fazíamos”.

## Especialista em Piketty explica a obra

O *Jornal Extra Classe* ouviu com exclusividade, via Skype, a economista Monica Baumgarten De Bolle, que inicialmente apaixonada pela obra, a traduziu do original para a edição brasileira. Primeiramente, faria apenas a revisão técnica, mas acabou por fazer também a tradução, tornando-se assim referência obrigatória sobre o livro no Brasil. Ela falou diretamente de Washington DC, onde reside e atua como Global Fellow (pesquisadora) do Woodrow Wilson Center for International Scholars. É macroeconomista, sócia-diretora da Galanto | MBB Consultoria e diretora do Iepe/Casa das Garças, além de professora do Departamento de Economia da PUC-RJ. Chefiou a área de Pesquisa Macroeconômica Internacional do Banco BBM de 2005 a 2006 e foi economista do Fundo Monetário Internacional em Washington, DC, entre 2000 e 2005. É PhD em Economia pela London School of Economics (set/2001), tendo escrito sua tese de doutorado sobre crises financeiras. É autora, junto com Dionísio Dias Carneiro, do livro *A Reforma do Sistema Financeiro Americano: nova arquitetura internacional e o contexto regulatório brasileiro* e, junto com Edmar Bacha, dos livros *Novos Dilemas da Política Econômica – Ensaio em Homenagem a Dionísio Dias Carneiro* e *O Futuro da Indústria no Brasil: A Desindustrialização em Debate*. Escreve mensalmente para o jornal *O Estado de S. Paulo* e semanalmente para *O Globo a Mais*, publicação vespertina do jornal *O Globo* para iPad. Além disso, escreve análises eco-

nômicas sobre o quadro macroeconômico brasileiro para a *Economist Intelligence Unit*. Em geral, setores chamam a Casa das Garças, que teve entre seus idealizadores Edmar Bacha, de ninho dos tucanos, algo que lhe deixa furiosa. Ela afirma não ter qualquer vínculo partidário, mas reconhece que muitos dos integrantes da organização são de fato tucanos.

### Extra Classe – A concentração de renda ameaça a democracia?

**Monica de Baumgarten de Bolle** – Ameaça bastante porque você tem, dependendo do grau de concentração de renda, se imaginarmos um extremo em que o topo do topo da pirâmide de distribuição de renda, quer dizer, tirando assim o 1% mais rico da população que leva pra casa 80% da renda e da riqueza gerada pela economia, isso daí evidentemente gera uma tensão política e socioeconômica enorme. Então eu acho que quando a gente olha para o século 19, que é uma das coisas que o Piketty faz e volta o tempo todo ao século 19, o ponto que ele tenta fazer é que não é à toa que algumas ideias e algumas utopias surgiram justamente neste período. Você tinha justamente uma pequena parcela da população que detinha uma parte importante e muito significativa da renda, e uma parte muito grande da população absolutamente destituída. Isso daí mesmo depois da revolução industrial, porque cabe lembrar que no início da revolução industrial o que se tinha era um

trabalho assalariado, ou seja, as pessoas que trabalhavam nas fábricas não ganhavam quase nada. Isso está muito presente na literatura do século 19, que o próprio Piketty usa como exemplo, o que é muito legal, pois dá uma ilustração muito vívida do problema, mas se pegar, por exemplo, os livros de Charles Dickens, Émile Zola, Balzac, a gente sente exatamente essa tensão. Aliás, isso é muito presente, principalmente em Dickens, que é daquela classe de trabalhadores que ficavam no chão das fábricas, que tinham vidas absolutamente desoladoras e não conseguiam melhorar, ter nenhuma perspectiva de mobilidade social, em uma época em que não existiam direitos. Então tudo isso criou um clima de tensão, que levou em alguns casos na Inglaterra, por exemplo, ao início da discussão do surgimento de direitos, ao início do estado de bem-estar social, que iria começar a aparecer na Europa, mais para o século 20 do que para o século 19, mas todos esses foram desenvolvimentos no sentido de aplacar essas tensões. Então tivemos no século 19 ou esse caminho que foi o caminho mais virtuoso, de tentar criar condições para aplacar essas tensões que existiam, ou se partia para o outro lado que foram as revoluções, como ocorreu na Rússia, onde o experimento comunista foi feito em grande escala. A questão da desigualdade, quando ela é extrema, ela gera sim um ambiente de muita tensão política, de muito deslocamento socioeconômico e é ruim para tudo.





## ECONOMIA

**Extra Classe – E no cenário em que a gente vive hoje, em que já tivemos os modelos de bem-estar social, do crescimento econômico do pós-guerra, e depois disso a experiência neoliberal de Estado mínimo e globalização, e hoje se discute crise mundial, inclusive no Brasil, como você vê essa situação comungando das ideias do Piketty e estabelecendo um paralelo com a obra, que aliás defende maior intervenção do Estado na economia? Como você vê esse 1% de muito ricos no Brasil, das políticas existentes, num cenário aparentemente de crise nesta virada de ano pós-eleitoral?**

**Monica** – Deixa eu falar um pouco de mundo, e depois eu vou falar um pouco de Brasil. No mundo hoje, no eixo entre os países desenvolvidos, Estados Unidos de um lado e Europa do outro – o Japão é um caso à parte, porque é um país muito igualitário, mas também é uma ilha onde as coisas são um pouco mais fáceis –, mas tanto na Europa como nos EUA, essa questão da desigualdade hoje tem proporções extremamente importantes no debate público. Aqui nos EUA até mais do que de certo modo na Europa, o que é surpreendente. Na Europa de todo modo, os países ainda têm um estado de bem-estar social, apesar de enfraquecido. Aqui nos EUA, como as redes de proteção social são muito mais frágeis do que na Europa pelas próprias convicções do país e de sua linha ideológica, esse tema da desigualdade está presente como nunca. Praticamente todos os dias temos um artigo sobre o assunto ou no *New York Times* ou no *Austin Journal*, obviamente antagônicos, o primeiro dizendo o quão grave é o problema no país e o segundo dizendo que não. Porque o que acontece aqui é que antes da crise você já vinha num processo de aumento da desigualdade. Mas isso ficou muito evidente depois da crise de 2008, quando as pessoas que foram mais abaladas e que sofreram mais as consequências foram as da classe média e as mais pobres. São sempre aqueles que não podem se defender tão bem. E a recuperação tem sido muito lenta, embora os EUA estejam melhor do que a Europa, onde ainda não há recuperação. Aqui, os salários estão estagnados há seis anos, com isso se tem uma parcela muito grande da população que não teve qualquer aumento de renda nesse período e uma parcela pequena da população, o 1% que leva para casa 50% da renda gerada nos EUA são exatamente aquelas pessoas que não vivem de salário, vivem de outras fontes de renda derivadas de riqueza, de acumulação de ativos, ações em bolsa, que se beneficiam das altas das ações que temos visto. Isso gerou, por exemplo, o movimento *Occupy Wall Street*.

**Extra Classe – E a riqueza dessas pessoas depende da produtividade do país crescer ou não, está correto, eles enriquecem até na crise?**

**Monica** – Exatamente, então nesse sentido, isso que acontece hoje nos EUA são ecos do século 19, e o Piketty faz esses paralelos, que de fato cabem na situação atual. É óbvio que o mundo passou por inúmeras transformações e as economias não são mais iguais ao que eram há 200 ou 300 anos, mas isso não quer dizer que você não tenha o mesmo tipo de tensão ou tensões semelhantes às que se tinha naqueles tempos. Esse é um pouco o quadro nos Estados Unidos.



**"Piketty propõe uma solução controversa, que é instituir um imposto global progressivo sobre grandes fortunas"**

**Extra Classe – Aproveitando a deixa, gostaria que você falasse um pouco das críticas que o livro recebeu tanto nos Estados Unidos quanto na Inglaterra e da receptividade que teve, principalmente nos EUA?**

**Monica** – A receptividade tem relação direta com esse problema que o país vive hoje. Então você ter um livro que trata da desigualdade num país que está discutindo desigualdade é óbvio que essa obra vai pegar, ainda mais sendo um livro tão acessível ao público geral. Porque é um livro que tem como pano de fundo a desigualdade, e nisso o Piketty foi extremamente feliz, porque é uma coisa que livros de economia tipicamente não fazem, ele resgatou uma narrativa histórica para situar o problema da desigualdade hoje. Isso é uma coisa que toca muito diretamente na vida das pessoas. Então a receptividade aqui tem relação direta com o drama que o país vive. Já as críticas foram muito mais direcionadas à história do imposto sobre grandes fortunas, que é uma proposição do autor, do que qualquer outra coisa do livro. O livro é 90% discussão sobre desigualdade e distribuição de riqueza e tentativas de apontar razões por que a gente chegou onde chegou, e como é que a gente entende isso a partir de uma perspectiva histórica, e 10% apenas, no finalzinho do livro, é uma tentativa de pensar de que maneira se pode atacar esse problema no mundo. E, evidentemente, como o Piketty propõe uma solução controversa, que é instituir um imposto global progressivo sobre grandes fortunas, essa parte do livro acabou chamando a atenção dos setores digamos mais conservadores aqui nos Estados Unidos. Porque tipicamente o que se quer de um sistema tributário que ele seja progressivo, para que se tenha uma maneira

mais justa de tributar essas pessoas. Aquelas pessoas que têm mais renda e riqueza, em tese, deveriam pagar mais impostos do que aquelas que têm menos renda. Só que não é isso que acontece.

**Extra Classe – Mas essa já é uma reivindicação antiga dos movimentos sociais no Brasil?**

**Monica** – Esse tema da progressividade da estrutura tributária é consensual no mundo hoje. Não tem quem não aceite a tese. Salvo aqui nos Estados Unidos, que o George Bush, quando fez aquela história de cortar os impostos dos mais ricos (risos) e deixou os mais pobres, coitados, a ver navios, em todo o mundo existe um consenso que o melhor tipo de estrutura tributária, para fins de justiça social, é uma estrutura progressiva. A regressiva é a pior possível, pois penaliza os mais pobres e beneficia os mais ricos. Embora se tenha alguma discussão em torno deste modelo, hoje em dia é bem aceito. Mas obviamente esse 1% não quer ser tributado, ninguém quer. Então, na hora que o Piketty propõe o imposto sobre as grandes fortunas foi duramente atacado pelos setores que representam esse 1% e pelos setores de visão mais conservadora, um pouco na linha de que se você institui um imposto sobre essas fortunas retira o ímpeto empresarial daquelas pessoas que realmente inovam e empreendem e criam empregos, não deixa de haver uma certa verdade nesse argumento, mas por outro lado, imposto é por definição distribuição de renda também, pois é um instrumento de arrecadação para o governo. Então a gente tem de pensar sim nessas coisas, para procurar caminhos para tentar reduzir as desigualdades. E isso também sofreu muitas críticas na Inglaterra depois que teve aquele artigo no *Financial Times*, que na minha opinião, para usar um termo popular na campanha presidencial no Brasil, foi leviano. E uma tentativa meio tosca de tentar desqualificar o Piketty, tanto que depois recebeu uma crítica na *The Economist*.

**Extra Classe – Foi bem ideológico o artigo do *Financial Times*, não foi?**

**Monica** – Ideológico e, no final das contas, malfeito. O que eles fizeram foi replicar a metodologia do Piketty, porém, usando outras fontes de dados. Só que o que eles fizeram não é minimamente razoável do ponto de vista de compilação de dados estatísticos. Foi infeliz.

**Extra Classe – Piketty, além de defender essa tributação das grandes fortunas, também fala que a democracia necessita de uma classe média forte. Como fortalecer a classe média. Qual a fórmula?**

**Monica** – Esse é que é o ponto. Quais são os mecanismos que você tem de buscar para fortalecer a classe média. Mas antes gostaria de fazer um último comentário sobre o imposto sobre grandes fortunas. O próprio Piketty disse o seguinte a respeito disso: “isso daí eu coloquei no livro como uma possível proposta, mas eu sei que é uma proposta que tem falhas, é difícil de implementar, um tanto ingênua, por ser global.





MARCOS ROLIM\*

## Ferguson é aqui

O final do mês de novembro foi marcado por protestos nos Estados Unidos pela ausência de qualquer medida, inclusive de processo judicial, que permitisse a responsabilização de Darren Wilson, o policial que matou o jovem Michael Brown, na cidade de Ferguson, Missouri, no último 9 de agosto. Em várias cidades, milhares de pessoas saíram às ruas levantando suas mãos, repetindo o gesto que Michel teria feito, segundo testemunhas, antes de ser alvejado com seis tiros (dois deles na cabeça).

O fato de Wilson ser branco, enquanto sua vítima era um negro universitário de 18 anos, sem antecedentes criminais e que estava desarmado, parecem indicar algo mais do que uma “fatalidade”. Para as famílias negras nos EUA, a morte de Michael Brown amplia o medo de que seus filhos possam ser vitimados por policiais cada vez mais armados e com amplas possibilidades de atirar. Mesmo os dados do FBI – que não contam a história toda e que lidam com o conceito de “homicídios justificáveis” – sugerem as dimensões do problema: jovens negros possuem 21 vezes mais chances de serem mortos pela polícia nos EUA quando comparados a jovens brancos (*FBI's annual Supplementary Homicide Report – SHR*).

O racismo persistente nos EUA e em todo o mundo não costuma ser assumido como tal. Ele se reproduz como um “habitus”, conceito que Bourdieu empregou para indicar as disposições mais fundas, não raro inconscientes, inscritas em nossos corpos. Não teria, entretanto, tamanha importância se não fosse amparado pelo Estado. O que se tem denominado “racismo institucional” não expressa, necessariamente, qualquer postura proativa de conteúdo racista. Normalmente, não é preciso que as instituições façam algo em favor do racismo; basta que permaneçam inertes diante dele, legitimando-o pelo silêncio. É o que ocorre nos EUA e, com muito mais força, no Brasil.

Os EUA possuem milhares de forças policiais. Tantas que não se sabe ao certo quantas. A depender da definição de “força policial” o número pode variar de 20 a 40 mil instituições autônomas. No Brasil, se incluirmos as guardas municipais, teremos algumas centenas de forças policiais. Levantamento do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2014 mostrou que, em cinco anos (de 2009 a 2013), apenas as 57 polícias estaduais brasileiras mataram 11.197 pessoas. Este número é maior que o total de mortos pelas polícias americanas em 30 anos (de 1983 a 2012). De 2002 a 2010, tivemos 418.414 assassinatos no Brasil – 65,1% das vítimas eram negras (*Mapa da Violência 2012 – A*

*Cor dos Homicídios*). Em 2002, o percentual de jovens negros assassinados era 71,7% superior ao dos jovens brancos vitimados; oito anos depois, esta diferença subiu para 153,9%. A situação fez com que o professor Julio Jacobo Waiselfisz, organizador do Mapa da Violência, lembrasse que “nem mesmo na África do Sul do *apartheid* se matou tantos negros como nos últimos anos em nosso país”. Algo que deveria ser tratado como um escândalo, se nossa capacidade de indignação não fosse, como de costume, tão seletiva.

Não há dados confiáveis sobre o perfil dos mortos pelas polícias no Brasil, mas estudos regionais confirmam que os negros são atingidos com muito mais frequência. Como regra, nada ocorre com os policiais que matam pobres. Trabalhos como o de Philip Alsyon, Relator Especial das Nações Unidas Sobre Execuções Extrajudiciais, mostram que a execução de suspeitos é prática cotidiana, especialmente nas polícias do Rio e de São Paulo, sendo

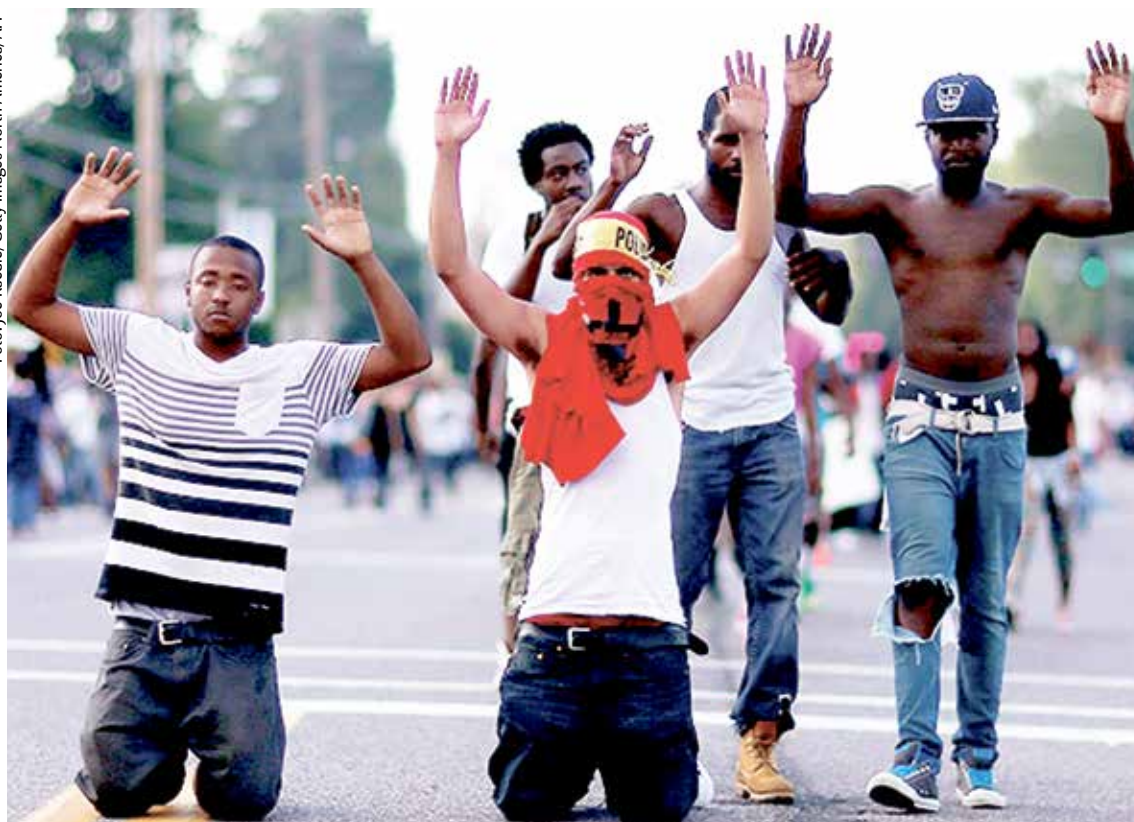
camufladas como “autos de resistência”. Estudo sobre a abordagem policial do major da PM Aírton Edno Ribeiro (*A Relação da PM paulista com a Comunidade Negra e o Respeito à Dignidade Humana: a questão da abordagem policial*) concluiu que a ação policial é fortemente influenciada por estereótipos racistas. Para muitos policiais, assinalou, “o destino do negro é ser abordado”, “quem coopera não apanha”, “policial negro não se sente negro” e “negros esclarecidos irritam a polícia”.

Há poucos dados sobre a atividade policial no Brasil e sequer registramos as abordagens. Na Inglaterra, onde há esforços sérios para a superação do racismo nas polícias, a taxa de abordagem de brancos é de 13 para cada mil residentes contra 106 para cada mil residentes negros.

Pesquisas de vitimização mostraram algo mais: os negros são submetidos a múltiplas abordagens. Dos negros abordados em seu automóvel, 14% foram revistados cinco ou mais vezes, contra 4% dos brancos que passaram pela mesma experiência.

A situação no Brasil é muito mais grave do que a revelada pelos números britânicos e norte-americanos. Entre nós, os negros são, ao mesmo tempo, superpoliciados e subprotegidos. A indignação pelas abordagens desrespeitosas e pela brutalidade policial, entretanto, tem sido contida nas periferias desde os tempos dos capitães do mato. A pergunta que as revoltas nos EUA parecem atualizar é: até quando?

\*Jornalista, sociólogo e professor do IPA.  
marcos@rolim.com.br | www.rolim.com.br



"De 2002 a 2010, tivemos 418.414 assassinatos no Brasil – 65,1% das vítimas eram negras. Em 2002, o percentual de jovens negros assassinados era 71,7% superior ao dos jovens brancos vitimados; oito anos depois, esta diferença subiu para 153,9% "



## Programação especial marcará aniversário de dez anos

**A** Fundação Cultural e Assistencial Ecarta completa, no próximo ano, uma década de atividades ininterruptas e promete uma programação especial de aniversário. Instituída pelo Sindicato dos Professores do Ensino Privado do Rio Grande do Sul (Sinpro/RS), a organização realiza atividades permanentes nas áreas da Cultura e Educação, por meio de cinco projetos: Galeria de Arte, Ecarta Musical, Núcleo Cultural do Vinho, Conversa de Professor e Cultura Doadora. “Além de comemorar o aniversário de dez anos, vamos intensificar a presença da Fundação no interior do estado, mais carente de opções culturais”, projeta Marcos Fuhr, presidente da Fundação Ecarta.

Somente em 2014, mais de 7 mil pessoas participaram da programação, com atividades realizadas em Porto Alegre e no interior. A ideia é levar os projetos a mais gente. “A Ecarta tem como propósi-

to promover o acesso a bens culturais”, destaca Fuhr.

Interessados em levar os projetos para a sua cidade por meio de parcerias podem entrar em contato com a secretaria da Fundação, pelo e-mail [secretaria@fundacaoecarta](mailto:secretaria@fundacaoecarta) e fone 51.4009-2971.

**ECARTA MUSICAL** – Investe na valorização dos músicos e na produção musical do estado, promovendo shows quinzenais com entrada franca na sede da Ecarta, em Porto Alegre, e no interior do estado. Em 2014, foram realizados 23 shows em Porto Alegre e seis apresentações itinerantes, que abrangeram Passo Fundo, Santa Maria, Santa Cruz do Sul e Rio Grande, além de uma oficina sobre acordeon, com média de 70 pessoas por apresentação, superando um público de 2 mil pessoas.

**EDUCAÇÃO** – O projeto Conversa de Professor foi realizado em Passo Fundo, Vacaria, Venâncio Aires, Charqueadas e Taquari, em 2014, para

mais de 1,2 mil professores da educação infantil. Dentre os temas: *Crianças inquietas em sala de aula: lidando com TDAH no dia a dia da escola*; *Atualização em autismo infantil e inclusão*; *O corpo fala e conta*; *A importância do toque nos vínculos entre adulto e criança*; *Contação de histórias*; *Linguagem corporal e o teatro*; *Conceitos matemáticos: desenvolvimento do raciocínio-lógico na infância*, entre outros.

**CULTURA DO VINHO** – Desde 2005, o Núcleo Cultura do Vinho promove cursos, palestras, encontros e eventos com o objetivo de conhecer, debater e divulgar a geografia, a produção, as características e as peculiaridades do vinho enquanto parte da cultura da humanidade. Neste ano, foram realizados 27 eventos, com a participação de mais de 600 pessoas. As atividades do Núcleo Cultura do Vinho são as únicas atividades na programação regular da Ecarta com inscrições pagas.

### PRIMEIRO PATROCÍNIO

#### Arte-educação na Galeria Ecarta



Professores e estudantes participaram do projeto *para tocar e para assistir*

Fotos: Igor Sperotto

Em 2014, a Galeria Ecarta realizou a sua primeira mostra com projeto educacional. Foi também o primeiro projeto viabilizado integralmente com recursos públicos do Pró-Cultura RS – Fundo de Apoio à Cultura, da Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul. *Para tocar e para assistir – Aparelhos sonoros*, de Chico Machado, contemplou exposição, mediação, visitação de escolas e material educativo. A exposição discutiu a chamada “arte sonora”, segmento em ascensão no campo das artes contemporâneas. A mostra e as oficinas, realizadas de março a maio, contaram com 450 visitantes, entre professores, estudantes e público em geral.

### DOAÇÃO DE ÓRGÃOS

#### Tema ganha espaço nas instituições de ensino

Lançado em setembro de 2012, o projeto Cultura Doadora propôs um desafio aos professores: abordar o tema em sala de aula. Com apenas dois anos de atividades, o projeto chegou a mais de 3 mil pessoas. Somente neste ano foram realizadas aulas magnas na Universidade de Caxias (UCS), em Vacaria, e na Ulbra, em Guaíba, e palestras no Instituto Porto Alegre (IPA), em Porto Alegre e na Faccat, em Taquara, envolvendo mais de 2 mil estudantes.

Várias escolas utilizaram as propostas pedagógicas, disponibilizadas gratuitamente no site da Ecarta ([www.ecarta.org.br/doadora](http://www.ecarta.org.br/doadora)). Como a Escola Municipal de Ensino Fundamental Vila Aparecida, de Portão, cujo projeto desenvolvido pelos alunos do quinto ano, chamado *Gralha Azul*, foi selecionado para a *Mostratec*, feira de ciência e tecnologia realizada anualmente pela Fundação Liberto, em Novo Hamburgo. Também, um grupo de

22 estudantes de diferentes cursos de licenciatura da Ulbra desenvolveu na disciplina de Organização do Trabalho Pedagógico projetos de planejamento interdisciplinar de ensino-aprendizagem, cujo tema transversal foi doação de órgãos. Os projetos foram doados para a Fundação Ecarta disponibilizar no site.

**LOS 3 PLANTADOS** – Em setembro, para comemorar o *Dia Nacional da Doação de Órgãos*, a Ecarta também promoveu o show inédito dos *Los 3 Plantados*, criado pelos músicos Bebeto Alves, King Jim e Jimi Joe, que passaram por transplantes recentemente e se associaram ao projeto para estimular a divulgação do tema. O show foi o maior realizado no Ecarta Musi-

Fotos: Valéria Ochoa



Estudantes relacionam doação com qualidade de vida

cal e está motivando um projeto mais amplo: aulas-show (palestra seguida de show musical) em parceria com diversas universidades no estado para 2015.



## PROGRAMAÇÃO ECARTA Dezembro

[www.fundacaoecarta.org.br](http://www.fundacaoecarta.org.br)

Em Porto Alegre, as atividades acontecem na sede da Fundação (Av. João Pessoa, 943). Informações pelo fone 51. 4009.2971 e no site.

### ECARTA MUSICAL

**Porto Alegre** – Shows quinzenais, aos sábados, às 18h, com entrada franca.

**6/12**, *Música Latino-americana*, do argentino Eduardo Castañera. Recital de violão erudito, dedicado a compositores latino-americanos, como Villa-Lobos, Barrios e Piazzolla.

### NÚCLEO CULTURAL DO VINHO

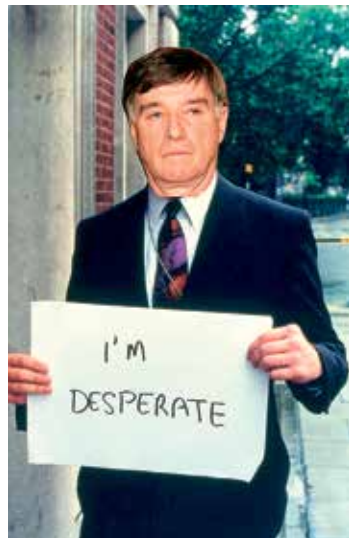
Cursos e palestras com degustação. Inscrições prévias.

**Porto Alegre – 9/12**, *Mendoza, terra do sol e do bom vinho*, ministrado pela enóloga Maria Amélia Duarte Flores. Relatos de viagem, dicas e novidades deste que é um dos mais cobiçados destinos de enoturismo do mundo. Os vinhos elaborados aos pés da Cordilheira dos Andes, o deserto irrigado e transformado pela ação do homem, o uso da água do degelo; a história através de grandes personalidades, como Catena, a uva Malbec e toda a sua importância no cenário internacional. Inscrição: R\$ 30,00.

### GALERIA DE ARTE

Exposições com foco na arte contemporânea. Visitação de terça a sexta, das 10h às 19h; sábado, das 10h às 20h; e domingo, das 10h às 18h. Entrada franca.

**Porto Alegre – 2/12**, 19h, inauguração da mostra *Um firme e vibrante NÃO*, com obras de mais de 40 artistas de distintas gerações e procedências. Curadoria de Jorge Bucksdricker e do coordenador artístico do espaço, Leo Felipe. A exposição conta com parte de uma coleção de trabalhos dos anos 1970 e 1980, de artistas, em sua maioria, brasileiros, ligados ao conceitualismo e à arte-correio, que têm no papel a sua principal mídia: revistas, jornais, livros, fotocópias, envelopes, selos, pôsteres, cédulas. Visitação até 31/1/2015.



Museu da Polícia Militar, de Fabiana Faleiros (E), Anarcopunk & Black Block Olympics, de Alex Vieira (C) e Registro Performance Situation, de Artur Barrio (D)

## QUADRINHOS

Tibica, O Defensor da Ecologia | Editora Formato, 2010

**TIBICA / CANINI**



**RANGO / EDGAR VASQUES**





# { UM FUTURO DE MESTRE } • SE FAZ COM • — INTELIGÊNCIA — E PLANEJAMENTO



Investindo no SINPRORS Previdência, você pode deduzir no  
Imposto de Renda até **12%** de sua renda anual.  
Programe-se para aplicar o 13º salário em seu futuro.

Além dessas vantagens, o SINPRORS Previdência oferece  
benefícios de risco e renda de aposentadoria a partir dos  
50 anos de idade.

Tenha uma aposentadoria muito mais tranquila.

Ligue para  
**(51) 4009.2933 | (51) 3224.2062**